

PERÍODO 61-63

OS MILITARES DÃO AS RAZÕES DO VETO; EM EXAME A EMENDA PARLAMENTARISTA

Prosseguia até a madrugada a reunião do Congresso Nacional

Da Sucursal

Brasília, 30 ("Estado") — O Congresso esteve reunido hoje praticamente durante todo o dia: a sessão matutina iniciou-se às 10 e 30, para conhecer a proposta da Comissão Especial, incumbida de estudar o ofício enviado ao Parlamento pelo presidente Ranieri Mazzilli e contendo o veto dos ministros militares ao regresso do Sr. João Goulart; a Comissão, como se sabe, concluiu, na madrugada de hoje, pela recomendação ao Congresso, de adoção da emenda parlamentarista, como caminho para contornar a crise.

Sessão Matutina

Na sessão matutina, o principal discurso foi o do sr. Juscelino Kubitschek, que vai publicado em outro local desta edição. À tarde, os oradores que maior interesse despertaram foram os srs. Gabriel Passos, Afonso Arinos e Almino Afonso.

A maioria dos pronunciamentos foi favorável à posse do sr. João Goulart. Vários oradores, porém, se manifestaram contra a solução parlamentarista sugerida no parecer da comissão mista. Duas emendas, dos srs. Mendes de Moraes e João Mendes, foram apresentadas para a realização de eleições populares ou pelo Congresso, para a sucessão do sr. Jânio Quadros. Nenhuma, todavia, teve apoio do plenário e poderá ser discutida para efeito de votação. Uma terceira emenda, oferecida ao parecer da comissão por elementos petebistas, foi apoiada e deverá ser discutida: visa incluir entre as conclusões do parecer uma declaração de que "o respeito à Constituição Federal implica no cumprimento do seu artigo 79, com a investidura do sr. João

Goulart na presidência da República com os poderes que o povo lhe conferiu"

86 Oradores

Oitenta e seis oradores inscreveram-se para discussão do parecer. Embora vários, atendendo a apelo do sr. Moura Andrade, tenham desistido da inscrição, pelo menos 3 dezenas de congressistas ainda deveriam falar ao encerrar-se a sessão vespertina. Às 18 horas e 30 encaminhava-se a votação do requerimento de encerramento da discussão do parecer para que o Congresso passasse imediatamente à fase da votação.

Matutina

A sessão matutina do Congresso foi aberta às 10 horas e 35. Nos 145 minutos que durou, comportou a leitura do parecer da comissão mista, a declaração de voto do sr. Barbosa Lima Sobrinho (membro da comissão), e discursos, já na discussão do parecer, dos srs. Lourival de Almeida e Juscelino Kubitschek.

Parlamentarismo

O sr. Oliveira Brito, além da leitura do parecer que relatou na comissão mista, falou sobre os motivos que levaram seus membros às conclusões sugeridas ao plenário do Congresso. Disse que é "uma lamentável conclusão" a de que o Brasil "não atravessa uma hora de normalidade constitucional". "É uma lamentável conclusão — acrescentou — mas a outra conclusão não poderemos chegar a menos que não queiramos encarar a realidade".

Falando do "compromisso superior" para com a Nação de o Congresso "tomar uma deliberação política na crise amarga em que vivemos", disse mais adiante:

"Pareceu-nos a nós da comissão mista que as crises sucessivas que têm atingido a instituição republicana, o regime presidencial no Brasil, nos conduzem a abandonar o regime presidencialista e a adotar o regime parlamentarista. Fui um defensor, por convicção e formação jurídica, do regime presidencial, malgrado seus defeitos, sobretudo entre nós... mas devemos submeter-nos à adoção do parlamentarismo convencidos da inviabilidade do sistema presidencial dadas as crises constantes, sucessivas, que temos e que a sucessão presidencial tem provocado".

Arquivamento

Numa declaração de voto em separado, o sr. Barbosa Lima Sobri-

nho disse que se pronunciou, na comissão, pelo "arquivamento" puro e simples da mensagem. "Um documento dessa ordem não se encaminha a plenário — afirmou. E quem primeiro sentiu isto foi o próprio presidente do Congresso quando entendeu a necessidade de uma comissão mista para interpretar a mensagem, cujo significado ninguém poderia, na verdade, entender.

O sr. Barbosa Lima disse ainda que "há um desencontro" entre a comunicação da "inconveniência" do retorno do sr. Goulart e a conclusão do parecer pela adoção de uma emenda parlamentarista. E declarou que votará contra qualquer emenda à Constituição "na vigência do estado de sítio". "Qual dos senhores congressistas — indagou a propósito — negará a existência de um estado de sítio neste País? Basta ler os jornais e ver como estão censurados. Façam uma ligação telefônica para verificar como é interrompida sob a presença de censura efetiva. Basta ter notícia das prisões que se estão efetuando, sem qualquer amparo do direito. É um estado de sítio de fato e a supressão total das garantias constitucionais.

O orador acentuou, ao concluir seu discurso, que é favorável ao sistema parlamentarista, desde que adotado em circunstâncias normais de funcionamento do regime constitucionalmente vigente.

À Tarde

A sessão do Congresso realizada à tarde, iniciou-se às 15 horas e encerrou-se apenas às 18 horas e 30. Foi inteiramente tomada por discursos proferidos a propósito da discussão do parecer da comissão mista ou a pretexto de encaminhamento da votação de requerimento, visando a que se encerrasse a discussão antes de ouvidos todos os oradores, a fim de que o plenário passasse a deliberar.

Os pronunciamentos, muito importantes, sucederam-se numa seqüência exaustiva. Ao fim da sessão a atenção do plenário era reduzida; apenas as freqüentes interrupções dos discursos "para comunicações importantes" acerca das novidades da crise movimentavam o plenário.

Contra

O sr. Gabriel Passos, disse em seu discurso que estava inscrito para "falar contra": "É um dever de consciência dizer ainda que sumariamente e com o devido respeito a todos de modo de ver divergente do meu, as razões por que discordo do parecer da nobre comissão mista".

Preliminarmente, disse que repudia o pronunciamento dos ministros militares quanto à posse do sr. João Goulart. Em seguida teceu considerações de ordem doutrinária em torno do "estado de direito" para dizer que "no direito, a violação deve suceder à sanção" e que "no nosso estado de direito está funcionando com a repressão do Congresso".

"Estamos arregimentando forças, aliciando vontades e opiniões, a fim de fazer com que prevaleçam em definitivo as sanções e cominações do estado de direito. E assim é que nos batemos por que o sr. João Goulart seja empossado na presidência da República, em razão de um estado de força, do lado do qual estão aqueles que se opõem a essa investidura. Nós estamos do lado do direito, querendo que prevaleça a norma legal do direito consagrada na Constituição..."

No campo da política pura eu não poderia estar com o sr. João Goulart porque não é do meu partido mas não poderia chegar à conclusão terrível de que apenas meus correligionários têm direito".

Mais adiante o sr. Gabriel Passos afirmou que a comissão mista "não enfrentou o problema", ao oferecer conclusões incompatíveis com a incumbência que lhe foi delegada a apreciar a mensagem. Refutou, paralelamente, a sugestão de votar-se a emenda parlamentarista.

Arinos

O sr. Afonso Arinos defendeu veementemente a adoção da emenda parlamentarista e a posse do sr. João Goulart. Quanto à solução apontada nas conclusões do parecer da comissão mista, para a alteração constitucional, lembrou que, por duas vezes foi relator na comissão especial da Câmara, da emenda do sr. Raul Pilla e que, nas duas vezes, manifestou-se contrariamente a ela. Mas acrescentou: "Depois dos acontecimentos de novembro de 1955, e que a experiência de uma vida jurídico-política veio solicitar-me meditação mais profunda sobre as conclusões de natureza puramente teórica e jurídica que me tinham sustentado na posição antiparlamentarista, amadureci na convicção, na sincera, na sofrida, na dramática convicção de que o sistema presidencial falhou no nosso País".

E apontou suas "constatações irremovíveis" para justificar sua nova convicção: o presidencialismo não se "institucionalizou" por falta de cumprimento da "função institucional", do Supremo Tribunal Federal, e a "eternidade" da luta de interesses presidente-Congresso.

"Boas Intenções"

Em seu discurso, o líder da bancada petebista, sr. Almino Afonso, reiterou argumentos que já expendera anteriormente em defesa da posse do sr. João Goulart. A certa altura, disse que reconhece nos ministros militares "boas intenções" e manifestou a convicção de que eles agem "visando fins que acreditam serem os melhores para a Pátria". Todavia, insistiu em que será "transformar um erro em crime" aceitar que se consuma o "erro" que cometem os comandantes das Forças Armadas ao vetarem o retorno do vice-presidente ao País.

Manifesto assinado pelos ministros das três Armas

Da sucursal

Brasília, 30 — Os ministros militares fizeram divulgar hoje às 23 e 15

um manifesto à Nação, no qual justificam " muitas das razões " que fundamentam o veto ao regresso do sr. João Goulart ao País.

No documento, os ministros historiam o passado político do vice-presidente, lembram suas atividades como titular da pasta do Trabalho e referem-se às suas tendências ideológicas.

O manifesto — distribuído pelo gabinete do ministro da Guerra — tem o seguinte teor:

" Manifesto à nação "

" No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela

Luigi Mamprim/Abril Imagens



Jango...

manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram a s.exa., o sr. presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País, do vice-presidente, sr. João Goulart.

" Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardam elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional.

" Decorridos vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêem-se constrangidas, agora, com a aquiescência do sr. presidente da República, a vir ressaltar de público, alguma das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

" Já em tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho o

sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossa classe trabalhadora.

"E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves de sua administração bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

"País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classe mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio de desenvolvimento econômico-social; com tantos e tão urgentes problemas, para reparação, até de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos — não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados pelos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

"Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País, um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

"Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe de governo, o sr. João Goulart constituir-se-à, sem dúvida alguma no mais evidente incentivo de todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil.

"As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

"Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações mais despidoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo, e, agora ao próprio povo brasileiro.

"As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil.

"E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.

Ass.) vice-almirante Silvio Heck, ministro da Marinha; marechal Odílio Denys, ministro da Guerra e brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, ministro da Aeronáutica.

(Transcrito do jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 30 de agosto de 1961)

EVOLUI A CRISE ENQUANTO A EMENDA PARLAMENTARISTA ESTÁ EM DEBATE; AMEAÇOU RENUNCIAR O GOV. LACERDA

Brasília, 30 ("Estado") - Depois de uma madrugada dramática, durante a qual os principais líderes partidários permaneceram no Palácio do Planalto, discutindo com o sr. Ranieri Mazilli a evolução da situação político-militar, o ambiente nos círculos parlamentares começou a desanuviar-se, embora aparentemente permanecessem os termos do "impasse" da véspera.

Pela manhã, instalados os trabalhos da sessão do Congresso Nacional, começaram a chegar as notícias de que as Forças Armadas estavam modificando sua posição e dispunham-se a aceitar a fórmula do parlamentarismo com Goulart, proposta pelos partidos.

Apelos do general Cordeiro de Farias, designado para o comando do III Exército, durante a madrugada, e de outras altas patentes militares, em favor da solução parlamentarista, eram transmitidos pelos deputados Geraldo Guedes e Menezes Cortes aos líderes do Congresso.

Este ambiente de exaltação e de desafio ante as perspectivas de atendimento perdurou durante todo o dia, acentuando-se com a passagem das horas. O afastamento do risco imediato de uma intervenção militar, entretanto, fez surgirem com maior nitidez as divergências entre os partidos, distanciando grupos expressivos de parlamentares da solução parlamentarista. Estes grupos radicais, incluindo os gaúchos, a maioria da bancada petebista e setores do PSD e da UDN, lutaram durante toda a tarde pelos seus pontos de vista, e ameaçaram impedir que a emenda parlamentarista, ao ser apresentada, venha a obter os dois terços dos votos do Congresso, dos quais necessita para ser imediatamente aprovada.

A maioria do Parlamento, assim como os seus líderes mais responsáveis, continuam firmemente dispostos a lutar pela aprovação da emenda, que consideram a solução perfeita para a crise. Não só dará aos adversários da posse do sr. Goulart, uma "saída honrosa", facilitando a pacificação dos espíritos, como contribuirá para corrigir os desajustes provocados pela renúncia do sr. Jânio Quadros, além de oferecer ao País a garantia de que a condução dos negócios externos e internos permanecerá sob controle direto do Legislativo. As divergências entre os diferentes grupos partidários, entretanto, se não impedirem a adoção do parlamentarismo, pelo menos tornarão extremamente penosos e prolongados os trabalhos de apreciação da emenda propriamente dita, os quais só serão iniciados, na melhor das hipóteses, amanhã de manhã.

Em Palácio

Da reunião desta madrugada no Palácio do Planalto participaram cerca de 10 líderes partidários, além dos srs. Mazzilli e Martins Rodrigues. Estiveram presentes entre outros, os srs. Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, Abelardo Jurema, San Thiago Dantas, Oliveira Brito, José Maria Alkmin e Aderbal Jurema. Àquela altura, o estado de espírito dos parlamentares era do mais completo pessimismo, em face do malogro a que haviam chegado os entendimentos com os ministros militares, em torno do parlamentarismo. O sr. San Thiago Dantas, usando o telefone do Palácio, estabeleceu uma ligação com o sr. João Goulart, ainda em Paris, dando conta ao vice-presidente dos acontecimentos do dia e dele recebendo a comunicação que decidira embarcar naquela hora para o Brasil, via Nova York e Buenos Aires. A disposição dos líderes políticos diante do malogro dos entendimentos, era "enfrentar o pior", rejeitando não só a comunicação dos ministros militares, como também a emenda parlamentarista uma vez que a mesma não bastaria para pôr fim à crise.

Ainda estavam reunidos o sr. Kubitschek e seus companheiros com o sr. Mazilli, quando este último recebeu do marechal Odílio Denys a comunicação de que o general Machado Lopes fora destituído do comando do III Exército e recebera ordem de prisão devendo ser substituído pelo general Cordeiro de Farias, chefe do Estado-Maior do Exército. Esta notícia foi interpretada pelos políticos como um forte indício de que as informações provenientes de Porto Alegre eram verdadeiras; no próprio dispositivo militar começava a surgir divergências ponderáveis quanto à solução a ser dada para a crise.

Esse fato, além de aliviar a pressão sobre o Congresso, trouxe aos líderes parlamentares um novo elemento de perplexidade. Uma vez que se manifestassem divergências entre setores das Forças Armadas, as negociações se tornavam muito difíceis e os partidos já teriam segurança sobre as posições do interlocutor. Com o correr do dia, os dirigentes partidários pareciam cada vez mais seguros de que realmente se

verificava um lento processo de polarização, entre as Forças Armadas, com o crescente fortalecimento de setores hostis à posição inicial dos três ministros militares.

Informações officiosas, mas dignas de fé, às quais já nos referimos, davam conta de que, pelo menos o Exército não se oporia à solução parlamentarista, acatando o que decidisse o poder civil.

Por volta das 18 horas, regressavam a Brasília, de Porto Alegre, deputados que haviam ido conferenciar com o governador Brizola. Esses deputados, entre os quais os srs. Bocaiuva Cunha e Euclides Wicar, fizeram um relato do que tinham verificado na Capital gaúcha, dizendo que haviam participado de um comício em praça pública no qual falara o governador Brizola, tendo ao seu lado o general Machado Lopes, que permanecia no comando do III Exército, apesar de destituído pelo marechal Denys. Disseram ainda os deputados que os 15 generais-comandantes do III Exército estavam solidários com o general Machado Lopes. Todos esses rumores e informações, apesar de não poderem ser comprovados de modo definitivo, e mais a ausência dos três ministros militares, os quais continuavam no Rio, tornaram extremamente difícil para os líderes parlamentares a adoção de uma orientação. Embora a alta direção do PSD e toda a UDN continuassem decididas a aprovar a emenda parlamentarista, fosse qual fosse, afinal, a posição das Forças Armadas, a verdade é que mesmo os dirigentes mais responsáveis, como os srs. Oliveira Brito e Amaral Peixoto, hesitavam em levar o Congresso a uma decisão rápida.

À míngua de informações precisas, o Legislativo parecia cada vez mais disposto a ganhar tempo. A soma do trabalho que o Congresso deve realizar, antes de aprovar a emenda parlamentarista, é efetivamente considerável. Não demandará menos de dois dias, se fatos novos não vierem a provocar votações sumárias.

Esta noite, deverá ser aprovado, por maioria simples, o parecer da comissão dos dezesseis, relatado pelo sr. Oliveira Brito, e que sugere ao plenário a adoção do parlamentarismo.

Aprovado o parecer, será necessário discutir e aprovar uma reforma no regimento das duas casas, a fim de permitir a tramitação rápida da emenda parlamentarista. Só depois de concluída esta reforma no regimento poderá a emenda propriamente dita ser posta na Ordem do Dia. Todo este processo, apesar de facilitado pelo empenho da grande maioria, será inevitavelmente retardado pelo grande número de oradores inscritos e pela oposição dos setores radicais encabeçados pela bancada do PTB.

Lacerda

Rio, 30 ("Estado") - O sr. Carlos Lacerda ameaçou hoje, novamente, renunciar ao governo da Guanabara para, em seguida, atender aos

apelos que lhe foram feitos, no sentido de não se afastar do seu posto, numa hora grave de crise, e depois de contornados os motivos que o levaram a anunciar a atitude extrema.

Há três dias que o sr. Carlos Lacerda vinha insistindo no propósito de dirigir ao povo carioca uma palavra de esclarecimento sobre sua posição pessoal em todo o processo de crise politico-militar desencadeada com a renúncia do sr. Jânio Quadros. Amigos procuraram dissuadir o governador da Guanabara, considerando que a excepcional gravidade do instante aconselhava prudência, para que mesmo uma tentativa feita com os melhores intuitos não fosse desvirtuada provocando desdobramentos imprevisíveis.

O governador não pareceu conformado com tais observações que chegaram até os meios militares. Esta tarde, o sr. Carlos Lacerda decidiu falar. Horas depois que as estações de rádio e televisão anunciaram a palavra do governador, chegava ao Palácio, um oficial do Exército que em nome do dispositivo militar, comunicou ter sido proibida a divulgação da palestra do sr. Carlos Lacerda.

Reagiu o governador com toda a veemência do seu temperamento. Imediatamente comunicou aos seus auxiliares diretos o incidente e sua decisão de renunciar. O secretariado foi convocado às pressas para conhecer as razões da renúncia.

O próprio governador telefonou para o deputado Lopo Coelho, que se encontrava em sua residência, relatando o incidente e convocando o presidente da Assembléia Legislativa, a assumir a chefia do Executivo do Estado. O sr. Carlos Lacerda estava num estado de extrema exaltação, que transbordava em críticas veementes aos responsáveis pela proibição inaceitável.

O sr. Lopo Coelho, entretanto, guardou uma atitude de cautela. Aconselhou o governador a reexaminar o assunto, apurando com cuidado a informação recebida e a sua motivação. Talvez houvesse um equívoco fácil de ser desfeito.

Seguiu o deputado Lopo Coelho para a Assembléia, reunindo os deputados em seu gabinete para uma exposição do grave incidente e um exame das possíveis conseqüências. A maioria dos deputados aconselhou o presidente da Assembléia a não assumir o governo da Guanabara numa hora de tremendas dificuldades e quando não teria condições de reestabelecer a autoridade de um cargo naturalmente condicionado às circunstâncias do momento, em que o Rio voltará a ser capital-militar do País.

O sr. Lopo Coelho compreendia as dificuldades, mas a cada um observava que não poderia fugir ao cumprimento do dever, aumentando suas obrigações exatamente com a gravidade do momento que o País atravessa.

A controvérsia estava posta em tais termos quando o deputado Lopo Coelho foi chamado ao telefone, para receber do Palácio da Guanabara

bara a informação oficial de que o sr. Carlos Lacerda não mais renunciaria, uma vez que haviam sido afastadas as razões que justificavam a sua atitude.

Mais tarde, de boa fonte, soube-se que o sr. Carlos Lacerda recebeu do marechal Odílio Denys um apelo para que não renunciasse, pois o seu gesto seria apresentado pelo governador Leonel Brizola como o sinal de enfraquecimento do esquema militar que está controlando a situação do País.

Por outro lado, foi revogada a proibição às emissoras de rádio e televisão que receberam instruções para transmitir a palavra do governador.

A crise fora, assim, inteiramente superada, depois de trazer por algumas horas inquietação aos meios políticos não apenas do Estado, mas de todo o País, pois que a renúncia do sr. Carlos Lacerda chegou a ser anunciada na sessão do Congresso, em Brasília.

Equívoco

O governador Carlos Lacerda cancelou a palestra que deveria pronunciar à noite, por uma cadeia de emissoras de rádio e televisão. O deputado Raul Brunini, porta-voz do governador da Guanabara, e que participara da reunião do secretariado, esclareceu ao "Estado" que o sr. Carlos Lacerda recebeu das autoridades militares explicações sobre a suposta proibição às emissoras, para que transmitissem a palavra do governador. Tudo não passara de um equívoco: as instruções não se referiam ao governador.

O sr. Carlos Lacerda, acrescentou o sr. Rui Brunini, preferia dirigir ao povo uma mensagem de compreensão e um apelo em favor da preservação da legalidade democrática. O incidente estaria, portanto, esclarecido e superado.

Reunião

O governador Celso Peçanha conferenciou hoje longamente com o marechal Odílio Denys. Ao deixar o ministério da Guerra informou aos jornalistas que pretendia dirigir-se a todos os governadores sugerindo uma reunião conjunta com o ministro da Guerra. Não quis adiantar os motivos para essa reunião.

(Publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 31/08/61)

KUBITSCHER FAZ APELO AOS MILITARES NO CONGRESSO: FAVORÁVEL À EMENDA PARLAMENTARISTA A COMISSÃO ESPECIAL

Da Sucursal

Brasília, 30 — Durante a sessão do Congresso Nacional iniciada hoje após as nove horas, o senador Juscelino Kubitschek dirigiu um apelo às classes armadas do País, em particular ao mal. Odylio Denys, seu ex-ministro, no sentido do cumprimento da Constituição e posse ao sucessor legal do sr. Jânio Quadros.

Na parte inicial dos trabalhos, presididos pelo sr. Auro Moura Andrade, o deputado Oliveira Brito fez a leitura de seu parecer na Comissão Mista que examinou o officio enviado pelo presidente Ranieri Mazzilli ao Congresso Nacional e propôs a adoção da emenda parlamentarista, como fórmula para que a Nação saia da crise.

O discurso do ex-presidente Juscelino Kubitschek, ao final da sessão do Congresso Nacional, que foi suspensa às 12 horas e 50, é, na íntegra, o seguinte:

Senhor presidente:

Ocupo esta tribuna do Senado no momento que reputo o mais grave de toda a vida republicana do Brasil, para fazer um apelo ao bom senso e ao patriotismo dos que estão em condições de tirar nossa Pátria da agonia, da perplexidade e do sobressalto em que se encontra neste instante em que falo.

Não são oportunas considerações sobre as causas da crise que enfrentamos. Isto será matéria para os dias em que, se Deus quiser, nossa Pátria sair desse pesadelo.

O que me traz a esta tribuna é a imperiosa necessidade de dirigir um apelo aos ilustres chefes militares, no sentido de que não contrariem a opinião nacional, que pede, reclama e exige a posse do vice-presidente

João Goulart, sucessor pela vontade do povo, no último pleito, do presidente renunciante.

Nunca supus, sr. presidente, que o respeito pela ordem legal e constitucional estivesse tão profundamente enraizado no coração e no espírito do povo brasileiro.

Somos uma verdadeira democracia, não porque seja este o nosso regime político, somente, mas porque assim o quer, de maneira sincera e total, o nosso povo.

Não são apenas os partidários e amigos do sr. João Goulart que se batem por sua posse. Muitos dos seus próprios adversários, alguns até ontem encarniçados, não hesitam hoje em purgar pela obediência à Lei. Já não são apenas os políticos, mas todas as classes que exigem o cumprimento do texto constitucional. E a Constituição deve ser cumprida, porque está provado não ser letra morta, mas expressão de vida e vontade do nosso povo.

Jamais as Forças Armadas se colocaram contra a opinião do País e a opinião do País é esta: prosseguimento da democracia e da legalidade, com a posse do representante legítimo da vontade nacional.

Faço daqui um apelo pessoal ao mal. Odylio Denys, que foi meu ministro da Guerra, a fim de que ouça e sinta a opinião nacional, a que força alguma tem o direito de contrariar ou renegar.

É um apelo de homem público para esse homem público, de brasileiro para brasileiro, de amigo para amigo. Peço ao ministro da Guerra, guardião das mais nobres e legítimas tradições legalistas, que não permita seja contrariada a lei e colocadas em oposição Forças Armadas e Nação.

Ao mesmo tempo que faço este apelo, que compreende uma advertência, desejo informar ao País dos propósitos harmonizadores do sr. João Goulart.

Ao atual presidente da República, o sr. João Goulart, só animam sentimento e desejos de pacificar nosso Brasil, de governar de acordo e em respeito aos sentimentos da nacionalidade, que são cristãos, e, como já disse, profundamente democráticos.

Posso informar que o sr. João Goulart só aspira a conduzir-se como um bom brasileiro.

Era isso que tinha a dizer, sr. presidente, e o digo com sinceridade e veemência, ao mesmo tempo em que insisto em proclamar o meu orgulho de pertencer a um Congresso capaz de resistir a todas as pressões e conservar-se fiel à lei constitucional e à lei moral.

Parecer da Comissão

O relatório apresentado pelo deputado Oliveira Brito foi subscrito

pelos srs. Jefferson Aguiar, presidente da Comissão Mista; padre Calasans, da UDN paulista, com restrições; Heribaldo Vieira da UDN de Sergipe, com restrições; Paulo Fernandes, PSD do Estado do Rio; Plínio Salgado, presidente do PRP; Paulo Lauro, líder do PSP na Câmara; Manoel Novais, do PR baiano; Novais Filho, do PL de Pernambuco; e Alô Guimarães, do PSD paranaense.

O deputado Eloi Dutra e os senadores Nogueira da Gama e Arge-miro de Figueiredo apresentaram votos em separado.

Está assim redigido o relatório apresentado pelo deputado Oliveira Brito:

Com a mensagem nº 471/61, o sr. presidente da Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência da República, comunicou ao Congresso Nacional que, na apreciação da atual situação política, criada com a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram à s. exa. a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do vice-presidente João Belchior Marques Goulart.

Constituída a presente Comissão Mista e designado relator, passo a emitir o meu pronunciamento.

Parecer

Se a Nação atravessasse período de normalidade constitucional, não seria o Congresso Nacional chamado a tomar conhecimento da Mensagem, nem seria sequer possível se imaginasse viesse ela a ter curso, dada a sua total inconformidade com os textos legais. Ademais, a Mensagem não fornece elementos esclarecedores da alegada inconveniência do regresso ao sr. vice-presidente João Goulart ao País. Todavia o estado de fato do conhecimento de todos nós e a gravidade da crise institucional que o País passou a viver em seguida à inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros, como Órgão supremo, que é do poder político da Nação, o dever de considerar a Mensagem, não pelo seu conteúdo, mas pela revelação que faz de mais uma anormalidade no funcionamento do regime presidencial instituído no Brasil com a Constituição de 1891 e mantido nas Leis Magnas de 34 e 36.

Quem examinar a História do Brasil em todo o curso do período republicano verificará que as sucessões presidenciais causaram sempre perturbações mais ou menos profundas na vida de suas instituições legais. Até 1930, sucederam-se as revoluções. A Constituição de 1934 não resistiu ao embate da primeira sucessão presidencial, sucumbindo em 10 de novembro de 1937, em plena campanha eleitoral. Voltando o País à legalidade, com a Constituição de 1946, estão na memória de todos as dificuldades com que se tentaram impedir a posse do presidente Getúlio Vargas, como ninguém esquecerá o supremo sacrifício

a que foi conduzido em pleno exercício da mais alta Magistratura da Nação. Bem vivos igualmente estão os acontecimentos que antecederam e sucederam à posse do presidente Juscelino Kubitschek. As eleições que elevaram o presidente Jânio Quadros ao Palácio da Alvorada deram a impressão de consolidação do regime e sua excelência, desde o primeiro dia do seu governo, levou ao povo a convicção de que estava exercendo o poder na plenitude das atribuições que o regime presidencial lhe conferia. Sete meses decorridos, porém, eis que a Nação é surpreendida com os acontecimentos que estamos vivendo neste momento.

Não importa indagar das causas dessas perturbações, nem a premissa de tempo em que este parecer é redigido me permitiria descer a outras considerações. O que desejo ressaltar é a profunda anormalidade das instituições republicanas sob o regime presidencial e concluir que outra alternativa não nos resta senão a de mudarmos de sistema, fazendo a experiência do regime parlamentar, adaptado às condições peculiares à estrutura política do País e à experiência recolhida pelas nações mais adiantadas no campo do Direito Constitucional.

Fora daí, não vejo outra saída. As crises se repetirão e o Congresso mais dia, menos dias, será chamado a adotar soluções de emergência que, em lugar de fortalecer, enfraquecerão ainda mais as instituições.

Um regime em que, normalmente, só poderia atingir os mais altos postos da administração, não os mais preparados, mas aqueles que têm maiores condições pessoais de impressionar as massas, é regime sujeito ao permanente e crescente divórcio entre o funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo.

Nestas condições, sou de parecer que a Comissão:

a) — sugira ao Congresso Nacional a votação de emenda constitucional instituindo o regime parlamentar, dentro dos moldes que mais se adaptem às condições do Brasil e atendam às circunstâncias da conjuntura atual da vida brasileira, ressalvados os mandatos eletivos vigentes;

b) — Sugira ainda que a Câmara e o Senado adotem de imediato as seguintes normas uniformes para a tramitação da referida emenda:

"Art. — A Comissão Especial emitirá parecer que concluirá pela aprovação, ou não, da emenda, podendo apresentar subemenda.

Parágrafo 1º - Lido o parecer no expediente, distribuído em avulso, impresso na mesma Ordem do Dia, em caráter de prioridade, para a 1ª discussão.

Parágrafo 2º — Na discussão da emenda só poderá falar um representante de cada partido, por 15 minutos improrrogáveis, não sendo permitida a apresentação de proposição acessória, sugerindo modificá-la.

Parágrafo 3º — Encerrada a discussão, será imediatamente votada

e, no encaminhamento da votação, só poderá falar um representante de cada Partido, pelo prazo máximo de 5 minutos.

Parágrafo 4º — Votada a emenda em 1ª discussão, será incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, ordinária ou extraordinária, para 2ª discussão.

Parágrafo 5º — Não será aceito requerimento de adiamento de discussão ou votação.

Parágrafo 6º — Votada a emenda em duas discussões por dois terços, será logo remetida à outra Casa do Congresso Nacional, independente de redação final.

Brasília, 29 de agosto de 1961.

(a) Oliveira Brito, relator.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1961.

(a) Hefferson de Aguiar, presidente; Oliveira Brito, relator; padre Calasans, com restrições; Heribaldo Vieira, com restrições; Paulo Fernandes; Plínio Salgado; Paulo Lauro; Manoel Novaes; Novais Filho; Alô Guimarães; Argemiro de Figueiredo; Nogueira da Gama".

Voto em separado

O sr. Eloi Dutra apresentou o seguinte voto:

Na Mensagem do exmo. sr. presidente da República não encontro nenhum fundamento de ordem jurídico-constitucional em nenhum dos seus termos e nem mesmo motivação que esclareça o pensamento dos srs. ministros militares.

Nada encontramos nela, enfim, que justifique o impedimento de regressar ao Brasil o presidente João Goulart, quer sob o aspecto ético, moral ou constitucional. Assim sendo, voto pelo arquivamento da referida Mensagem.

b) — Não somos infensos à apresentação em plenário da emenda parlamentarista, desde que sejam respeitados os direitos constitucionais do presidente João Goulart, cujo pensamento a respeito do Partido Trabalhista revelará oportunamente, perante o Congresso Nacional. À decisão de sua excelência, o sr. presidente da República, sr. João Goulart, que a nosso ver é, em última análise, o árbitro da deliberação da nossa bancada, estará integralmente solidário o Partido Trabalhista Brasileiro.

(Transcrito do jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 de agosto de 1961.)

JUSCELINO VOTOU CONTRA: "EMENDA FOI APROVADA SOB PRESSÃO MILITAR"

Brasília, 4 (UH) - Justificando seu voto contrário à adoção da emenda parlamentarista, o senador Juscelino Kubitschek, pronunciou as seguintes palavras, da tribuna do Senado:

"Não posso deixar de fixar a minha posição de senador da República e meu estado de espírito no momento em que voto contra a instalação em nosso país do regime parlamentarista. Em primeiro lugar, reitero que se tivesse dependido de minha vontade, a Constituição teria sido respeitada assumindo o poder presidencialista o cidadão João Belchior Marques Goulart, eleito em pleito exatamente para o fim de substituir o presidente da República nos seus impedimentos e assumir o governo em sua data definitiva.

Antes lutei com todo o ardor pelo respeito à legalidade, quando eu próprio representava essa legalidade. Não posso omitir-me ou renegar agora minhas convicções. Não passaria de um legalista em causa própria se mudasse de ponto de vista ao saber de circunstâncias e caprichos da conjuntura.

O mesmo raciocínio, a mesma coerência, a mesma consciência e sinceridade que devo ao meu País, no respeito a mim mesmo, levam-me a não votar pela extinção do regime presidencialista. Continuo a crer, apesar dos pesares, que o regime presidencialista é o que está mais de acordo com a nossa realidade e com nossos interesses.

A Voz do Povo

Nada me parece mais melancólico em nossa futura paisagem política do que privar-se o povo de escolher de modo direto seu presidente. As últimas campanhas presidenciais haviam adquirido um aspecto

educativo e altamente cívico. Os candidatos e o povo travavam diálogo em praça pública, debatiam os mais graves problemas nacionais. O povo brasileiro — naquela parte consistindo de criaturas esquecidas e sem voz nas decisões, marcadas e amortecidas pelas dificuldades da vida — passou a indagar o que dele queriam e a formular, depois de um longo silêncio, quais as suas queixas, as suas reclamações e as suas aspirações.

Pressão Militar

A Democracia é um fruto de longa paciência e não há resultados a recolher imediatamente. Poderia aduzir neste momento muitas e as mais fundadas razões que me levam a ver com apreensão o estabelecimento do Parlamentarismo em nossa pátria, e entre elas a do perigo da instabilidade do governo. Em nenhuma nação se torna mais imperiosa a necessidade de segurança, de firmeza, de continuidade administrativa do que no Brasil. Mas esses problemas funcionais do regime, em vias de ser adotado no Brasil são secundários, se tivermos presente, que fazemos uma transformação da nossa estrutura política sob pressão militar. Não é porque estejamos todos convencidos de que o novo regime há de melhorar o País, mas para resolver uma crise momentânea, que enveredamos pelo desconhecido, que adiamos a crise para agravá-la, talvez de forma irremediável amanhã.

Compreendo as razões dos que pensam diferentemente de mim neste momento. Entretanto, minhas convicções, calcadas na realidade brasileira, levam-me a negar o meu voto à emenda que está sendo apreciada nesta hora dramática".

O Grande Erro

"Só o povo pode decidir sobre o seu próprio destino. Mudar o regime, adotar instituições novas sem consulta ao povo, é um erro. Ele é o único, no regime democrático, capaz de fixar as normas de nossa vida política. O povo não foi ouvido. O povo não sabe o que foi decidido, no atropelo dessas votações em 24 horas. A mudança é fruto de uma pressão inaceitável no regime em que praticamos. Esta é a razão fundamental porque voto contra. Fico fiel ao povo — aos seus mandamentos, ao seu voto. Que foi dado pelo presidencialismo.

Era o que tinha a dizer, senhor presidente, justificando o meu voto de fidelidade ao regime presidencialista".

Adiada a Guerra

O deputado José Sarney, líder da UDN na Câmara dos Deputados, negando o seu voto à emenda parlamentarista, fez a seguinte declaração: "Sou contrário à aprovação da emenda, embora seja parlamentarista. O que estamos fazendo não é a adoção de um sistema, mas a de uma solução artificial para uma crise cujas raízes se encontram no próprio homem.

A opinião pública nacional ficou do lado do Congresso e o apóia em sua decisão de resistir. Temo que o recuo seja danoso à paz pública.

As sequelas da quebra da norma legal têm efeitos a curto e a longo prazo na estrutura política. Esses efeitos virão. Não quero "perder a honra para ganhar a paz e ter a guerra".

A única solução para uma crise destas, de natureza política seria a fórmula impessoal da Constituição. Com as classes armadas divididas como estão, a vitória de um dos lados seria o fomento do ressentimento pelo outro. Dentro da Constituição, toda a fórmula é digna e a ninguém atinge. Fora dela, não! Fecham-se numa fórmula de composição as posições pessoais, mas abre-se uma divisão profunda.

Com o Congresso sem base popular, os líderes falhados e trucidados por fórmulas artificiais, virá o clima propício para a ditadura.

Estou com a minha consciência. Praza a Deus que eu esteja errado. Faço todas as restrições possíveis ao sr. João Goulart menos a de ser presidente da República, e prefiro combatê-lo, como adversário, durante cinco anos, do que vê-lo fora do poder, jogado o País na convulsão irreversível".

(Publicado no jornal *Última Hora*, de 04 de setembro de 1961).

SINDICATOS HOJE NA SÉ: POSSE DE JANGO

**Trabalhadores e Povo Convocados Para Concentração às 15 horas:
Respeito à Constituição.
Dirigentes Sindicais Repudiam Parlamentarismo: Congresso Votou
Emenda Debaixo de Coação.**

"Aqui estamos para fazer, através da ÚLTIMA HORA, um apelo aos trabalhadores e ao povo para participarem da grande concentração cívica a realizar-se hoje, às 15 horas, na "Praça da Sé" — disse em nossa redação o Sr. José Antonio Ribeiro, presidente da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro no Estado de São Paulo, refletindo a opinião de cerca de cinquenta dirigentes sindicais de diversas categorias que visitaram nossa redação.

"Marcamos a concentração para as 15 horas — salienta — para o exato momento em que o presidente constitucional do Brasil, o sr. João Goulart, conforme artigo 79 da Carta Magna, estiver sendo empossado.

Liberdade Aos Presos:

"A Constituição da República foi e continua sendo violentada pelos golpistas" — afirmou o Sr. Albinoan Paz de Freitas, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Laticínios. "Eu mesmo — continua — e isso ocorreu com mais de seiscentos trabalhadores, dirigentes sindicais e estudantes, fui ilegalmente preso. O artigo 141, parágrafo 5º diz que é livre a manifestação do pensamento. No entanto, os golpistas Cordeiro de Farias e Carlos Lacerda e os três ministros militares passaram por cima da Constituição e criaram clima de ilegalidade e terror, invadindo e depredando entidades sindicais como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo". O sr. Gentil Neves Corrêa presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria diz:

— Exigimos a liberdade de todos os presos e fazemos questão de dizer que o mesmo clima de terror que procuraram lançar no Estado de São Paulo, existiu em outros pontos do País, particularmente no Estado da Guanabara e em Brasília. Dessa forma podemos afirmar que o Congresso (Câmara e Senado) votaram o parlamentarismo sob coação atendendo aos interesses golpistas. Ao fazerem isto, negociaram o mandato que o povo lhes conferiu".

Foto Abril



João Goulart, Leonel Brizola e gal. Machado Lopes — set/61

Inconstitucional

Com um exemplar da Constituição na mão, o sr. Afonso Delellis, 1º secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, afirmou que "o artigo 217 da Constituição da República e parágrafos dispõem sobre as condições em que ela poderá ser modificada. E no parágrafo 5º textualmente, diz as condições em que a Carta Magna não poderá ser emendada. Fazemos questão de ler este parágrafo: "Não se reformará a Constituição na vigência do estado de sítio". E na verdade, ainda que não declarado nem pelo Congresso e nem pelo Executivo, havia em algumas unidades da Federação estado de sítio de fato. Essa situação ilegal e anticonstitucional era e é pública e notória como o demonstram as violências policiais militares em todo o País. Para provar ainda que, indiretamente, a coação que se exerceu sobre o Parlamento, podemos citar a censura a que foi submetida a imprensa carioca. Assim, está provado que houve coação sobre o Congresso, que não poderia votar reforma como a do parlamentarismo. E se o fez agiu inconstitucionalmente".

Recorrer Ao Supremo

O sr. Raimundo Porfírio de Lima, diretor do Sindicato dos Aeroaviários, também entende que o parlamentarismo foi aprovado em circunstâncias anormais sob a existência, em alguns pontos do País, de estado de sítio de fato. Por isso sugere que partidos políticos ou mesmo parlamentares recorram ao Supremo Tribunal Federal para que o mais alto órgão de Justiça julgue como inconstitucional a ilegal votação do parlamentarismo".

E o sr. Salvador Rodrigues, presidente do Sindicato dos Marceneiros, salienta: "Todas as formas de luta são justas para preservar a Constituição da República. Que se recorra ao STF mas que organizações de classe, os trabalhadores nas fábricas, os estudantes nos grêmios e em locais de concentração, se preparem para as lutas que se avizinhem. Com ou sem parlamentarismo, a situação vai agravar-se. O fundamental, os problemas econômicos da Nação e da classe operária, ainda está para ser resolvido".

Aplauso Aos Gaúchos

"Os nossos irmãos do Sul, os bravos gaúchos não ficarão sozinhos na luta" — afirmou o sr. Mauro Emílio da Cunha, diretor do Sindicato dos Têxteis de São Paulo: "Jango terá de ser empossado no posto de presidente da República. Estaremos na praça pública, hoje, às 15 horas, para comemorar sua posse. Mas se os golpistas ainda insistirem em violar a Constituição e os trabalhadores não puderem comemorar na praça, a posse do presidente constitucional, cada trabalhador, em qualquer lugar deve assumir a posição que as circunstâncias exigirem".

Podem Parar

"Trabalhadores em construção civil continuam unidos e organizados e se a Constituição Federal for violada, imediatamente abandonarão suas atividades. Somos pela posse do presidente da República, João Goulart" — afirma em comunicado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, informando que a sede da entidade está funcionando normalmente. Conclama ainda os trabalhadores a lutarem pelo abono de Natal e salário mínimo e em defesa das liberdades sindicais e da Constituição.

Difusão Cultural

A diretoria da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística do Estado de São Paulo distribuiu comunicado em que diz: "Como representante das categorias dos músicos

profissionais, dos empregados de empresas distribuidoras cinematográficas, dos Empregados em Empresas Teatrais e Cinematográficas, dos Operadores Cinematográficos, dos Atores Teatrais, Cenógrafos e Cenotécnicos, dos Empregados em Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais e de várias outras do grupo profissional da difusão cultural e artística, esta entidade de grau superior faz votos pela superação da grave crise dentro das normas previstas na Constituição, fazendo votos de pronta tranquilidade e paz no seio da família brasileira.

Osasco Protesta

Os srs. Romildo Chiaparin presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados (Frigoríficos), José Cubertino, diretor da subseção do Sindicato da Construção Civil de Osasco e Lino Ferreira dos Santos diretor da subseção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em Osasco, lançaram manifesto declarando, inicialmente, que as subseções de Osasco, "tem a finalidade de esclarecer e orientar os trabalhadores nos seus direitos, sendo reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, desde 16 de junho de 1936". No trecho final, o documento dos sindicalistas de Osasco considera "ilegal as invasões policiais nos sindicatos e em subseções, como ocorreu dias 25 e 30, com espancamentos e prisões de líderes sindicais a pretexto de segurança e manutenção da ordem, quando, na verdade, os trabalhadores querem fazer uso dos direitos que a Constituição lhes outorga, isto é, de se reunir livremente, sem armas, e manifestar livremente sua expressão de pensamento em defesa dos direitos constitucionais, para bem-estar dos trabalhadores em geral e de todo o povo brasileiro.

São Bernardo

Vimos a UH para revelar publicamente nossa indignação contra a falta de civismo e patriotismo da maioria dos vereadores da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo" — disse em nossa redação o sr. José Cesário Fernandes, presidente do Sindicato dos Têxteis daquela cidade, que se fazia acompanhar de outros dirigentes classistas entre os quais os srs. Acrísio Dalaruvera (Construção e Mobiliário) e Alcides Borsol (Metalúrgicos). Acompanhava a comissão o vereador Antonio Dias Amorim do Partido Socialista Brasileiro, o qual salientou que "a Câmara Municipal de São Bernardo não pode continuar alheia aos acontecimentos que abalam o País. Para estar à altura do povo precisa tomar a única atitude constitucional do momento: exigir a posse de João Goulart".

Além de os meus colegas, na maioria — diz o vereador Antonio Dias Amorim — serem covardes, procurando omitir-se, tentam impedir que os trabalhadores o façam. Procurados por comissão de operá-

rios, em vez de atenderem ao que os trabalhadores desejavam, definição pró-Constituição, chamaram a polícia para colocá-los para fora da Câmara. Os vereadores que pior se conduziram foram os srs. Leonildo Madalena e Rubens Marques Cardoso, capachos do prefeito Lauro Gomes que trama, o quanto pode, para ferir a Constituição da República".

Luta Contínua

Rio, 4 (UH) — "Continuaremos em greve, lutando com toda a nossa energia pela preservação da Constituição e pela posse do presidente João Goulart. Parece-me que o Congresso Nacional não tem competência para modificar o atual regime do País. Essa é uma das razões pelas quais continuaremos na luta, ao lado de todos os trabalhadores e de todos os demais patriotas, para salvar a Constituição da República e o regime democrático" — declarou à reportagem de UH o líder marítimo Firmino Fernandes, logo após ser conhecida a decisão do Congresso Nacional, instituindo o regime parlamentarista no País. "O que reclamamos do Congresso Nacional — continua — juntamente com a maioria esmagadora do povo brasileiro, é a posse do vice-presidente João Goulart, dentro do regime presidencialista, como substituto legal do ex-presidente Jânio Quadros. Não lutamos e nem poderíamos lutar por outra solução que não fosse aquela determinada pela Constituição votada em 1946. Se o Congresso capitulou, nós continuamos de pé".

Greves Ampliam-se

A votação da emenda parlamentarista agitou ainda mais os meios sindicais, e tudo indica que os movimentos grevistas se alastrarão mais ainda hoje.

Ontem consolidou-se a greve decretada pelos líderes marítimos tendo sido paralisadas todas as embarcações. O transporte entre Rio e Niterói passou a ser feito em lanchas da Marinha de Guerra, tripuladas por militares.

Os oficiais de náutica por decisão de seu Sindicato, não movimentaram mais nenhum navio em todo o país. Também os radiotelegrafistas da Marinha Mercante cessaram as suas atividades. Os operários navais, que entraram em greve na manhã de 26 último, continuam de braços cruzados, concentrados na sede de seu Sindicato em Niterói.

Porto Parado

O porto do Rio de Janeiro, que começou a parar na tarde da última quinta-feira, com a greve dos servidores da autarquia, encontra-se, agora, completamente paralisado, com a adesão dos armadores, estiva-

dores, conferentes e de todas as demais categorias profissionais que ali operam.

Leopoldina

A greve dos ferroviários da Leopoldina entra firme em seu 11º dia, exigindo a posse do presidente João Goulart. O sr. Demístocles Batista, presidente do Sindicato, diz que os trabalhadores entraram em greve em defesa da Constituição Federal, que se baseia no regime presidencialista e que continuarão lutando para que a crise que assola o País seja solucionada através do respeito à Constituição Federal.

Greves Parciais

Em todos os setores da indústria do Estado da Guanabara, segundo adiantou a reportagem de UH, na tarde de ontem o deputado e líder têxtil Hércules Correia dos Reis, as greves parciais continuam. Os setores mais atingidos continuam sendo o metalúrgico e o têxtil.

(Transcrito do Jornal *Última Hora*, de 04 de setembro de 1961)

DE PIRATINI, PARA TODO O BRASIL, A MENSAGEM DE ADVERTÊNCIA

Brisola quer garantias para Jango em Brasília

Através da "Cadeia da Legalidade", o sr. Leonel Brisola, governador do Rio Grande do Sul, enviou a seguinte mensagem ao povo:

— Meus patrícios de todo o Brasil e meus conterrâneos do meu estado natal. Toda a nação, a partir de hoje, toma conhecimento, decepcionada, da decisão que acaba de tomar o Congresso Nacional, instituindo, a toque de caixa, o Parlamentarismo. Em nosso entender, foi uma capitulação do Congresso ao ambiente de coação que estão vivendo os brasileiros, ao clima de restrição às liberdades públicas e individuais a que está submetido o nosso país. Fizemos ao Congresso Nacional todos os apelos. Ninguém, nenhum brasileiro, ninguém do povo desejava esta modificação, feita açodadamente, durante as sessões noturnas e da madrugada. Apelos foram dirigidos ao Congresso, de toda a parte, e, nós do Rio Grande, não desejávamos que rejeitassem a emenda à Constituição. Desejávamos, apenas que fosse sobrestada a decisão, para que sua tramitação fosse normal, imune de dúvidas e suspeitas, para que sua tramitação não fosse portadora de vícios que anulam, que destroem as decisões legislativas, num ambiente de insegurança e de restrições às liberdades, mas, acima de tudo, de coação sobre os poderes da República de coação imposta pelos três ministros militares, justamente aqueles titulares que têm sob suas mãos o poder armado e o poder policial, e que estão exercendo esse poder de modo cruel e inexorável, com atitudes públicas, criando uma deformação total, completa, do nosso regime democrático. Estes três homens, utilizando os nossos filhos que estão servindo nos quartéis, as armas que nós compramos com o nosso suor, o nosso trabalho, o nosso sacrifício,

querem tutelar como tutores, como proprietários, como feitores do povo brasileiro, querendo impor a sua vontade, inclusive investindo-se também nas funções de juízes, de únicos conhecedores do que melhor convém para a nossa pátria. Foi nesse ambiente, meus patrícios, que o nosso Congresso, lá nas escavações de Brasília, decidiu, em menos de 24 horas, fazer uma alteração institucional, uma alteração profunda no regime — na estrutura do regime. Vejam: Uma simples pensão leva mais de um ano dentro do Congresso para tramitar e lograr aprovação. Milhares de leis, as mais importantes, as mais decisivas para os destinos da população brasileira, para as nossas populações humildes, pobres e desamparadas de leis, inclusive de controle e de limitação para os grupos, para os monopólios, para os trusts, para os poderosos que vicejam explorando o trabalho do povo brasileiro. Pois tudo isto está lá pelas gavetas. Estão lá esses projetos, obstruídos, andando, tramitando com passos de tartaruga.

É só às vésperas da chegada em Brasília, do presidente Constitucional do Brasil, sai esta emenda".

Decisão amoral

— "Eu aqui estou expondo o meu ponto de vista pessoal — quero deixar bem claro — como brasileiro livre tenho o direito de falar; falando de uma terra, onde graças a Deus, não temos censura, não temos violências policiais a nos coagir, onde temos o direito de ir e de vir a toda parte, onde não existe "estado de sítio" de fato, que vigora no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Foi uma grande decepção para este povo esta alteração do regime longe do povo, sem o conhecimento do povo, porque, até hoje eu duvido que exista meia dúzia de pessoas pelo Brasil afora que conheçam o texto dessa emenda. Aqui no Rio Grande ninguém a conhece, meus caros patrícios de todo o Brasil, como ninguém há de conhecê-la em São Paulo, no Paraná, Santa Catarina, no Rio de Janeiro, pelo norte, pelo nordeste e centro do país. Foi uma decisão, meus patrícios no meu modo de entender, não apenas inoportuna, mas amoral, com o rol de desculpas de legalidade formal, segundo afirmam os juristas, mas amoral porque foi feita uma reforma no Regimento especialmente para reformar a Constituição nessa circunstância. A sua legitimidade, ampla, profunda, completa, meus patrícios de todo o Brasil, dessa decisão inusitada, surpreendente, do Congresso, a sua legitimidade é uma questão a ser examinada. Em primeiro lugar, existe no país um "estado de sítio" de fato, um estado de anormalidade e a Constituição veta emendas, alterações à Carta Magna em estados de anormalidades, em estado de sítio. Embora não tenha sido votado pela Câmara este "estado de sítio", o fato é que ele existe. Viajem ao Rio de Janeiro para ver o ambiente policial que está sendo imposto à antiga capital da República, à sua população e aos visitantes da cidade".

"Congresso desprestigiado"

— "Acho que o Congresso, meus patrícios, saiu deste episódio pro-

fundamente desprestigiado. O nosso Congresso vem se desprestigiando dia a dia. Inúmeros motivos tem o povo para reclamar contra o Congresso e para considerar a sua situação profundamente abalada. Eu não desejo recordar outros atos decorrentes da mudança para Brasília, mas acho que o Congresso Nacional está enxovalhado como instituição, como poder da República, como representação do povo brasileiro. Votou uma alteração do regime que a nação desconhece, que o povo não leu, impondo essa alteração a todos os brasileiros. Votou na calada da noite, surdo aos apelos pelo menos para um adiamento de quarenta e oito horas, de uma semana ou de um mês".

Coação

— "Não há quem não possa dizer neste país que votou porque o general Denys, o ministro da Aeronáutica e o ministro da Marinha, exigiram que fosse votada aquela emenda, exigiram que o Congresso desse remédio para a crise, mesmo à custa do seu prestígio e do respeito que deve merecer o povo brasileiro. Vejam, meus patrícios, o vice-presidente da República, dr. João Goulart, foi eleito pelo voto direto do povo brasileiro para ser vice-presidente, e, como tal, sucessor legal do presidente no caso de vaga ou de afastamento. Por conseguinte ele foi também eleito pelo voto direto para ser Presidente da República".

"Parlamentarismo espúrio"

— "Pois bem. É agora o sr. João Goulart, o presidente constitucional do Brasil, por sucessão legítima, dada a surpreendente renúncia do sr. Jânio Quadros. Presidente pelo voto direto do povo brasileiro, com atribuições definidas e específicas que caracterizam o seu mandato. Pois bem. Agora foram impostas às suas atribuições grandes restrições, grandes modificações e diminuições; e tudo isto feito em 24 horas pela maioria dos nossos deputados e senadores. Recusaram-se, inclusive, a uma audiência popular, a um "referendum" popular, através de um plebiscito, de uma "chamada" plebiscitária do povo brasileiro, para dizer pelo "sim" ou pelo "não", se deveríamos adotar essa modificação no regime democrático brasileiro. Recusaram-se. Isto é uma prova que os próprios integrantes do Congresso consideram-se distantes, afastado das aspirações do povo brasileiro. Porque tiveram receio, tiveram medo de submeter a sua decisão a um "referendum" popular. Deploro, sinto, lamento. Estou decepcionado com tudo isso. Eu ouvi, meus patrícios, pelo rádio, a leitura da emenda aprovada. Tenho as minhas grandes dúvidas de que isso dê certo, porque se construiu um regime indefinido, um parlamentarismo espúrio, uma verdadeira salada; é mais um "arranjo" para atender às conveniências do momento, de grupos políticos que desejam apoderar-se ou manter-se no poder. Eu tenho dúvidas que isto dê certo. Deus queira que dê certo. A minha impressão, desde logo, meus patrícios, é que nós vamos cair no

regime da politicalha, "matroca" de vantagens e de empregos para aglutinação de grupos dentro do Parlamento, e, com isso, a formação dos gabinetes. Veja, é tão inconcebível o tal Parlamentarismo, adotado na calada da noite pelo Congresso, que o sr. João Goulart, indo para a presidência da República, os três atuais ministros militares poderão continuar sendo ministros — ministro da Guerra, ministros da Marinha e da Aeronáutica — depois de tudo o que fizeram para o povo brasileiro; depois das humilhações que estão impondo à nossa consciência de povo livre e soberano; depois da intranquilidade em que jogaram o país depois da intranquilidade em que jogaram a família brasileira, pelos seus caprichos, pelos seus desatinos e pela falta de razão. É este o Parlamentarismo.

"Jango seguirá para Brasília"

— Essas considerações desejo fazer preliminarmente, porque na verdade, meus patrícios, desde logo eu desejo manifestar aqui a minha discordância frontal, não tanto com a forma inaceitável com que isso foi decidido e resolvido, forma que traz consigo mesma o germe da infidelidade aos verdadeiros princípios democráticos. Todo o poder emana do povo, e em nome do povo deve ser exercido. Este princípio geral, meus patrícios, foi completamente deslembado durante essa decisão pelo Congresso. Faremos um exame fundo, profundo, não apenas da forma como tudo foi decidido, mas diremos também do mérito da decisão. E eu quero dizer, que, como brasileiro livre, irei denunciar a toda a nação, à consciência nacional, essa decisão que acaba de ser imposta ao povo brasileiro que, para mim, como todos os brasileiros, desde logo constitui-se numa imensa, profunda decepção. Tomara que isto venha a dar certo. Deus o permita mas eu tenho minhas grandes dúvidas de que o Congresso em vez de correr ou melhor de correr e de andar rápido diante da exigência dos prepotentes dos mandões em vez de corresponder a essas exigências pretendendo salvar a ordem pública e o povo brasileiro talvez tenha até gerado o fermento que afinal resultará na deterioração do nosso regime. Há pouco ainda concedi uma entrevista a diversos jornalistas que me procuraram. Várias perguntas me foram feitas em torno da posição do presidente constitucional sr. João Goulart em face da decisão. Desejo esclarecer não apenas à opinião pública do país mas a todos que tiverem dúvida, que a posição do sr. João Goulart é clara e inequívoca. A sua grande preocupação é a paz, o bem-estar e a tranquilidade da família brasileira. A sua grande preocupação é a de recuperar a tranquilidade do povo brasileiro.

A sua preocupação maior, a maior dentre todas, é a de que o País não seja mergulhado num banho de sangue e nos horrores de uma guerra civil. Esta é a sua maior preocupação a maior de todas. Ele irá ao extremo sacrifício, à luta mais árdua e mais difícil para evitar o derramamento de sangue, para evitar a desordem, o caos e a guerra civil. E como é natural, como presidente do Congresso, meus patrícios, sua posição foi e terá que ser, sempre, de respeito a todas as decisões legí-

timas do Congresso Nacional. Esta é exatamente a posição de Sua Excelência. Respeito e acatamento, e, evidentemente, dentro dos princípios da honra e da dignidade. Não apenas sua honra e dignidade pessoal, mas, fundamentalmente da honra e dignidade do posto que exerce em nome do povo brasileiro. Sua Excelência seguirá amanhã para Brasília. Estará em Brasília, às 12 horas, precisamente. Seguirá na companhia de muitos jornalistas. O ínclito general Machado Lopes ofereceu-se para viajar com Sua Excelência. É possível, também, que o presidente conte com a honrosa companhia do comandante do III Exército. Ao chegar a Brasília, o presidente João Goulart tomará conhecimento exato da situação e passará a examinar a emenda, a reforma, estudá-la e, procurará se situar, em relação ao grave problema. Sua Excelência tem uma posição em princípio de acatamento, de respeito à decisão do Congresso. Como é a posição de todos nós, ainda mais para ele, como presidente do Congresso, até há poucos dias. Mas a emenda especificamente, que em princípio Sua Excelência respeita como decisão do Congresso será examinada amanhã, em Brasília junto aos congressistas. O presidente constitucional do Brasil viajará amanhã, e quero dizer, meus patrícios de todo o Brasil, que Sua Excelência viaja sem nenhuma garantia.

Foi convocado pelo presidente do Senado, senador Auro de Moura Andrade, para a solenidade de sua investidura às 15 horas de amanhã. Viajava sem garantias, porque, a mim, governador Brisola, o senador Auro de Moura declarou que realmente ele não estava em condições de oferecer as garantias que o presidente João Goulart necessitava. Eu daqui desejo enviar uma mensagem ao presidente provisório do Brasil sr. Ranieri Mazzilli, que o presidente constitucional chegará à Brasília, amanhã, às 12 horas, dr. Mazzilli esteja aguardando a quem Vossa Excelência substitui interinamente. Se Vossa Excelência não estiver, e ainda mais, tendo em vista que Vossa Excelência um homem educado, será porque o gal. Denys não deixou Vossa Excelência ir ao aeroporto. Dirijo-me ao presidente provisório do Brasil, senhor presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli fazendo esta comunicação. A Sua Excelência, o presidente do Senado, e à Sua Excelência, o presidente da Câmara, o ilustre deputado Sérgio Magalhães. Às 12 horas, amanhã Sua Excelência, o presidente constitucional estará chegando a Brasília. Nós não enviamos uma comunicação escrita, porque não existem mais linhas regulares para Brasília. Não enviamos telegrama embora tenhamos expedido os telegramas porque o telégrafo nacional está sob censura e controle. E é possível que estes telegramas sejam retidos. Não enviamos uma mensagem pela estação de rádio do Rio Grande do Sul, senhor Ranieri Mazzilli, porque nosso escritório do Estado foi varejado pela Polícia e nossos transmissores foram impedidos de funcionar. Nós não enviamos um rádio, porque todas as estações de rádio, mesmo das companhias de aviação, estão sob censura e controle.

Não enviamos um telefonema, porque o telefone somente se comunica conosco quando a ligação é solicitada de Brasília para cá, por alguma autoridade, ligada aos círculos que estão mandando no momen-

to, no país. Será o sr. João Goulart preso ao chegar ao aeroporto? Recebemos ao descer um novo veto dos srs. ministros militares? É uma questão que amanhã saberemos. Amanhã saberemos. Este microfone da Rede da Legalidade através de uma estação especial estará presente no avião que irá conduzir Sua Excelência, irradiando durante toda a travessia, como também durante toda a chegada e o desembarque. Mantenham-se atentos, meus patrícios, de todo o Brasil, às ondas médias e curtas desta cadeia, acompanhando a viagem e o desembarque do presidente constitucional do Brasil. Se ao presidente for imposta alguma violência, imposto algum constrangimento, ou se ele for detido, imediatamente todo o povo brasileiro o saberá. Então ficará bem claro, que a decisão do Congresso, instituindo o parlamentarismo, é uma decisão nula. Nula porque o Congresso não pode decidir, na plenitude de sua soberania, quando o presidente constitucional do Brasil não tem a liberdade de circular em seu próprio país. Mantenham-se atentos à Rede da Legalidade, e peço a todos os nossos colaboradores, técnicos e jornalistas, que avisem constantemente ao público, sobre esta jornada, preparando-se para que possamos resolver todos os problemas técnicos e o povo brasileiro tenha ensejo de acompanhar a chegada e a viagem, inclusive se o avião for molestado, de alguma forma, a Rede da Legalidade transmitirá ao povo brasileiro tais ocorrências. Quero daqui também fazer uma comunicação especial à Sua Excelência o sr. ministro do Supremo Tribunal Federal, e a todos os integrantes da mais Alta Corte de Justiça de nosso país, do egrégio poder judiciário, informando à Suas Excelências que o presidente constitucional estará desembarcando em Brasília amanhã às 12 horas.

Eu utilizo este meio por não ter segurança de que qualquer outro possa atingir Brasília. Se alguma pessoa quiser prestar um serviço ao povo brasileiro, e sei que em Brasília muitos o desejam, pediria que confirmassem, ao ouvir estas nossa comunicações ao presidente Raniery Mazilli, ao presidente do Senado e da Câmara, e ao presidente do Supremo Tribunal Federal, esta mensagem. Agora, aqui mesmo, nos chega uma mensagem importante. É que está chegando, a Florianópolis, o porta-aviões Minas Gerais, acompanhado de mais sete belonaves. Saudamos os nosso irmãos da Marinha, sejam benvindos aos mares do sul! Sejam benvindos às nossas praias, a nossa terra! Venham irmãos, venham irmãos, na sua missão de paz, de fraternidade, de união nacional. Em cada rancho, em que qualquer um dos nossos irmãos marinheiros tiver oportunidade de chegar, lá encontrará um gaúcho alegre, pronto para abraçá-lo e oferecer o nosso tradicional chimarrão. Venham, irmãos da Marinha, venham na sua missão de fraternidade e de paz! E irmãos da Marinha se algum desatinado, algum louco, algum doente, o determinar que as suas armas sejam disparadas contra seus irmãos neguem-se, recusem-se em nome da família brasileira! Essas armas, esses navios, marinheiros do Brasil, foram adquiridos com os maiores sacrifícios da população humilde, resignada e trabalhadora do interior e da cidade! Por que uma simples ambição de mando, de poder, ou por que a vaidade venha justificar o massacre de mulheres e crianças

qualquer agressão ou ato de guerra contras as nossas populações contra os valorosos soldados que apenas defendem a legalidade? Que culpa têm os marinheiros do Brasil que o ministro da Marinha não goste da cara do sr. João Goulart?

Que culpa têm nossos filhos e as nossas esposas, que sobre os caprichos de um homem ou de um grupo de homens que deseja fazer da gloriosa Marinha de Tamandaré sua propriedade particular, que deseja fazer dos marinheiros, oficiais e marinheiros, simples capitães do mar, feitores dos seus interesses mesquinhos ou de suas intenções sinistras? Bemvidos marinheiros aos mares do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Venham passear se puderem, aqui em nossa capital Porto Alegre. Aqui que nós a chamamos a "Legal-cap", a Capital da Legalidade, venham passear, exibir aqui a sua banda e seus uniformes. Muitos deles feitos com tecidos do Rio Grande com a lã dos nossos rebanhos cuidados pelos peões de nosso interior, pelos nossos homens do campo, que nesta hora ardentes de patriotismo, desejam ir até o sacrifício para levar a dignidade da pátria enxovalhada por três ministros prepotentes, por três ministros que desejam sufocar as liberdades, que desejam atropelar o regime e que desejam frustrar a vontade do povo. Se pensam que estão nos assustando com estes barcos de guerra, especialmente como o "Minas Gerais", estão enganados. O nosso povo irá assistir pela costa à passagem dos barcos, o belo espetáculo que há de oferecer o "Minas Gerais". Só o nome deste barco, meu patrício do Brasil, está simbolizando de que jamais um marinheiro disparará as armas desta belonave contra os seus irmãos, contra os seus irmãos de outros recantos do nosso país.

Saúdo os marinheiros, marinheiros do Brasil, sejam bem-vindos. Mantenham-se atentos ao que lhes irá dizer o almirante que tem a sua sede em Florianópolis. Eu não quero adiantar nada, mas apurem os ouvidos, leiam, ouçam o que ele irá lhes recomendar; e examinem como examinaram os soldados do III Exército que receberam ordens para bombardear o Palácio do Governo, a todos que aqui se encontravam incluído a mim e a minha família e resolveram entrar no mérito e examinar se essa ordem era legal ou não, verificaram que era uma ordem ilegal, que era um crime e se recusaram a cumprir essa ordem que seria uma chacina contra a população civil de nossa terra. Bemvindo marinheiros. No dia 7 de setembro, se Deus quiser, iremos fazer uma parada em Porto Alegre. Venham marinheiros para essa parada e aqui vocês serão recebidos com os aplausos e o acolhimento do povo gaúcho generoso e bom no seu coração. Era isso meus patrícios de todo o Brasil que desejava dizer. Da minha decepção para com a resolução do Congresso. As minhas dúvidas com relação aos resultados dessa decisão tomada a toque de caixa e sobre a viagem que realizará amanhã, a Brasília, a Capital da República para o exercício de suas funções constitucionais, o sr. João Goulart, presidente do Brasil. Viagem que se realizará amanhã chegando s. excia. a Brasília, às 12 horas. Enviei mensagem às autoridades, mas agora, eu desejo enviar mensagem a todos os brasileiros, aos brasileiros de todos os recantos da pátria que lá resi-

dem. Espero que em Brasília recebam o presidente constitucional do Brasil, numa demonstração inequívoca de todos que formam ao lado da legalidade.

(Transcrito do *Diário da Noite*, de 4 de setembro de 1961)

BRIZOLA AMEAÇA CONGRESSO E EXIGE REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO EM OUTUBRO

Em palestras de cerca de uma hora transmitida pela Rádio Mayrink Veiga, em cadeia com emissoras de vários Estados, o Governador Leonel Brizola fez ontem uma ameaça ao Congresso Nacional, afirmando que o plebiscito deve ser marcado para 7 de outubro e que os deputados e senadores devem anotar bem essa data e resolver o problema pacificamente, "porque senão o povo se levantará".

O Governador, cujo discurso foi retransmitido em gravação instantes depois pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, rebateu as críticas que lhe foram feitas na véspera pelo Governador Carlos Lacerda, a quem definiu como "figura tétrica" e apontou como interessado em um "golpe direitista", golpe americanista, golpe entreguista, golpe dos negociastas".

Além de conclamar os trabalhadores à greve geral na hipótese de tentativa de golpe, disse o Sr. Leonel Brizola que tal iniciativa deflagraria uma guerra civil, mas de pequena duração. — O povo brasileiro, com imensa força — acentuou —, expulsará daqui os exploradores, os entreguistas e aí irão servir a seus patrões lá fora. Não aqui.

Reclamou o Governador do Rio Grande a abolição do que ele considera ilegalidade institucional, porque o Congresso empalmou o poder "para que tudo continuasse no mesmo". — Deram autêntico golpe para que fosse mantida essa ordem de coisas, o processo de espoliação do nosso povo, para manter o latifúndio e o martírio de nossa gente.

O Começo

O Sr. Leonel Brizola assim iniciou o seu pronunciamento:

"Meus patrícios e patrícias do Estado da Guanabara e de todo o Brasil. Quem vos dirige a palavra é o Governador do Rio Grande do Sul que aqui se encontra, na sede da Rádio Mayrink Veiga, para se comunicar convosco. Nestes dias e momentos cheios de preocupação e de sofrimento para o povo, vejo que nos aproximamos, não há dúvida, de instantes cruciais de nossa vida. Esta crise que vem esmagando o povo e martirizando o nosso país chegou a atingir limites insuportáveis para todos nós, para todos os homens públicos. Nosso povo está sofrendo e nada de decisivo se faz porque não temos Governo. Cada dia a situação se torna mais grave e difícil. Vivemos numa espécie de equilíbrio pernicioso. O Brasil está sangrando como uma pessoa caída, vítima de hemorragia, enquanto os poderes governamentais vivem se desservindo e não socorrem nosso povo, o País.

Apelo

Quem vos fala é um modesto Governador que traz consigo a autoridade de quem lutou desassombadamente para defender a Constituição há um ano atrás quando o País mergulhava no abismo sob o impacto de uma ameaça concreta dos prepotentes, que desejavam implantar a ditadura. Se não fosse a resistência de milhões de brasileiros, que desde logo acorreram ao nosso grito, hoje, certamente, não estaríamos vivendo a liberdade que ainda temos. E nem sequer teria assumido a Presidência da República o atual governante João Goulart. A minha presença aqui tem o sentido de uma convocação, também. É um apelo que dirijo a todos os brasileiros responsáveis. É um chamamento ao bom senso. Pensem, meditem sobre o que vão fazer.

Apelo aos dirigentes, aos poderes governamentais para que encarem na plenitude de suas responsabilidades os momentos decisivos que estamos vivendo. Essa convocação é para o nosso povo de trabalhadores, para os dirigentes sindicais independentes, porque muitos que nasceram nesta terra não têm responsabilidade de patriota. Vivem tomando atitudes contrárias e lesivas aos legítimos interesses do nosso povo. A esses não me dirijo porque têm patrões muito poderosos. A convocação que dirijo é para todos os trabalhadores brasileiros, aos trabalhadores e seus dirigentes, aos trabalhadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Sul, da Guanabara, de Minas de São Paulo, do Oeste brasileiro e do extremo sul de nossa Pátria. Conclamo a mocidade, a mulher brasileira, os abandonados trabalhadores de nossos campos, ao nosso povo, enfim, para que tome uma posição imediata sobre as graves questões com que nos defrontamos

A Fala de Lott

Quero referir-me agora às recentes palavras insuspeitas desse velho soldado encanecido, homem pobre e sincero que recusou convites para

assumir vantajosas funções, o ínclito Marechal Henrique Teixeira Lott. Ele foi ao rádio, à imprensa e à televisão para dizer com toda a clareza de suas palavras que o País não pode continuar nesta situação, que é imperativo sair deste equilíbrio pernicioso que cria crises e deformações incompatíveis com a nossa própria realidade, com o que temos, com o que somos. Declarou o ínclito Marechal que estamos vivendo num regime ilegal. As suas palavras permito acrescentar que o regime é inépto e inútil porque está agravando a crise brasileira. Precisamos sair dessa situação, mas não através de promessas e palavras, através desse palavrorio que se ouve há meses. Precisamos sair dessa situação de ilegalidade, desses sacrifícios injustos a curto prazo. Precisamos sair disto a curto prazo, repito.

Vamos nos manifestar, vamos nos levantar, vamos para as ruas, vamos para o nosso protesto porque estamos vivendo uma situação de ilegalidade, porque estamos sofrendo os efeitos de uma violência que fizeram contra nós. Hoje está provado que, naquela madrugada, a maioria dos deputados e senadores espalmou o Poder, violou a Constituição, não em função de um ideal. Era irresistível a ação do povo brasileiro. O Congresso aproveitou-se de nossa luta, de nossa reação, de nossa rebeldia e de nossa vitória para empalmar o Poder. Não enganam ninguém: empalmaram o Poder para que tudo continuasse no mesmo. Agiram erradamente, porque assumindo todos os poderes, o Congresso passou a funcionar como uma espécie de tirano, de senhor, de tutor do povo brasileiro. Deram autêntico golpe para que fosse mantida essa ordem de coisas, para manter o processo de espoliação de nosso povo, para manter o latifúndio e o martírio de nossa gente. Rasgaram a Constituição, impedindo que o presidente exercesse seus poderes legítimos.

As Eleições

Andam rondando os quartéis. Aí andam os eternos golpistas procurando intrigar, procurando apresentar essa situação de forma falsa. Uma eleição como a de 7 de outubro não pode corrigir esses males. As eleições que aí estão sob a influência canalizada do poder econômico com o derramamento de dinheiro que se faz é um escárnio ao povo.

Contra Lacerda

Adiante, o Governador voltou a atacar os grupos econômicos, afirmando que eles "são a base de tudo isto que acontece". A maioria do Congresso — disse — tomou a decisão de violar a Constituição para manter os privilégios desse poder econômico que mistifica, que fez sintonia com todos os órgãos de divulgação, ressalvadas honrosas exceções, para, numa mesma linguagem, que falam no país inteiro, continuar espoliando o povo".

Afirmou que "estão unidas todas as entidades do poder econômico, organismos que são da corrupção como as Associações Comerciais, que, comprando jornais e consciências, praticam a mais terrível corrupção da História do País".

Sempre na mesma linha, o Governador Leonel Brizola passou a se referir ao Governador Carlos Lacerda, sem lhe citar o nome, dizendo que "aí está essa tétrica figura como porta-voz dos grupos dominantes, grupos esses associados aos espoliadores internacionais".

"Essa figura tétrica, — acrescentou — voltou ontem à televisão para insultar, denegrir, enxovalhar a dignidade de homens públicos da mais alta autoridade no Brasil, como é o caso do Presidente da República".

Congresso Errou

Depois de lembrar que o Sr. João Goulart dispõe de mandato presidencial outorgado pelo povo, lamentou o Governador que o Congresso continue aberto. "Se dependesse de mim, já não estaria mais funcionando". Em agosto eu gostaria de tê-lo fechado", "pois quem atenta contra o povo e contra as leis do País comete crime, e os Deputados e Senadores fizeram isso".

— E fizeram isso por que? Para manter os privilégios. Esses parlamentares deveriam ser responsabilizados pelo atentado que praticaram contra a Constituição. Apesar disso, continua aí essa figura tétrica do Governador da Guanabara, insultando o Presidente Goulart, afirmando que o Governo não administra. Mas qual governo que pode administrar num regime como este? O Brasil virou uma República de Deputados, de Suas Excelências que aí andam tratando de seus negócios, de suas campanhas políticas, enquanto deixam o Brasil entregue ao saque dos grupos internacionais.

Disse o Sr. Leonel Brizola que "eles estão enganados: o Dr. Goulart não pretende suicidar-se".

— Temos, em primeiro lugar, a carta que o Grande Presidente Getúlio nos deixou: em segundo lugar, existe muita gente neste País, que não quer submeter-se a essas maquinações. No fundo, eles querem é dar o golpe, o golpe direitista, o golpe americanista, o golpe entreguista, o golpe dos negociistas, como fizeram na Argentina. Mas estão enganados.

— Se tentarem irão ter muito trabalho. Porque o povo brasileiro reagirá. E aí então cairemos numa guerra civil, mas que terá pequena duração. O povo brasileiro, com imensa força, expulsará daqui os exploradores, os entreguistas, e aí eles irão servir a seus patrões lá fora. Não aqui.

— Atenção, atenção, povo brasileiro. Diante de qualquer tentativa

de golpe, com o espantinho do comunismo, fica desde já estabelecido entre nós que a reação sera incontinente, com deflagração imediata da greve geral. Daí em diante partiremos para a luta e acompanharemos a ação e iniciativa dos nossos irmãos das Forças Armadas.

— Estamos na Semana da Pátria, aqui voltarei logo mais, para novos esclarecimentos sobre o grave momento que estamos passando. Nós precisamos decidir tudo isto a curto prazo, pois estamos vivendo uma ilegalidade. Não podemos consentir em permanecer nesta ilegalidade. Queremos o retorno à legalidade que represente os direitos humanos, como seja o acesso à propriedade, à escola, aos direitos sociais, e a um padrão de vida melhor e, sobretudo, mão de ferro sobre os espoliadores. Queremos a eliminação dos privilégios dessa minoria que dilapida nosso patrimônio: que rouba o esforço do povo brasileiro, que carrega nossas riquezas.

Contra o Capitalismo

Adiante, fez nova referência ao Marechal Lott, dizendo que ele não é político, "é um homem pobre, sua palavra para os brasileiros é como um documento".

Se estamos na ilegalidade — prosseguiu — por que vamos esperar meses e meses, só porque Suas Excelências não querem votar? Mas eles terão de ir votar, terão de tomar essa decisão, pois nos aproximamos rapidamente da atitude de inconformismo do povo brasileiro.

— Sei que, pela posição que estou assumindo, corro risco de sofrer violências, mas quero dizer aos meus patrícios que essas ameaças, que já estamos recebendo não nos farão recuar nenhum milímetro. Não tememos ameaças, venham donde vierem. Coragem não é combater comunismo aqui. Coragem é combater o capitalismo, como eu faço. Estou sendo eliminado pela imprensa do País inteiro, estou sendo eliminado dos jornais, da televisão, das estações de rádio, porque declarei guerra ao capitalismo cruel e desumano. Para combatê-los é preciso coragem. Por isso quero advertir agora, já: se vierem com violência contra minha posição de luta pela restauração de nossos direitos, responderemos com violência também.

Até dia 7, Por Bem

Anunciou o Governador que doravante passará a conviver com o povo da Guanabara, embora tenha compromissos com o povo gaúcho até 31 de janeiro próximo. Frisou, então, se o Governo da Guanabara cometer violências contra os estudantes e os sindicatos, como já ocorreu, terá de praticar violências contra ele, pessoalmente.

Após afirmar que a Polícia Civil e Militar da Guanabara não acata-

rão as ordens dos grupos dominantes do Estado para violências contra o cerceamento das liberdades e que até participarão da luta para impedi-las, o Sr. Leonel Brizola dirigiu ameaça ao Congresso Nacional:

— Apelo ao bom-senso dos senhores parlamentares, para que resolvam tudo pacificamente pois o povo brasileiro não abrirá mão de seus direitos. Esperará, no máximo, até o dia 7. Tomem nota disso: até o dia 7. Decidam por bem, pacificamente, porque senão o povo se levantará.

(Publicado no *Jornal do Brasil*, de 2 de setembro de 1962)

A CÂMARA APROVA A EMENDA VALADARES

Fixado o Plebiscito para 6 de janeiro; a votação: 169 a 83.

A emenda Valadares fixando para o dia 6 de janeiro de 63 a realização do plebiscito, foi aprovada na Câmara dos Deputados, às 2 e 30 de hoje, por 169 contra 83.

A emenda fôra aprovada no Senado anteontem, enquanto a Oliveira Brito caía na Câmara, por 165 a 97 votos e uma abstenção.

A proposição foi submetida à votação à 1 e 50 de hoje, após terem falado para encaminhá-la os líderes das bancadas e ter recebido um parecer contrário do relator da Comissão Especial da Casa, deputado Bilac Pinto que a considerou inconstitucional.

A aprovação da emenda pela Câmara foi conseguida depois de um acordo com o PSD, que antes a ela se opusera. No plebiscito de 6 de janeiro deverá a Nação optar entre presidencialismo e parlamentarismo. Assim, deve ter terminado a crise que agita o País há uma semana e teve como ponto crítico a renúncia do Gabinete Brochado.

Ontem, de madrugada, depois de um pronunciamento à Nação pelo rádio, o sr. Brochado da Rocha, ex-primeiro-ministro, que passara toda a noite acordado, apresentava suas despedidas ao presidente Goulart, na Granja do Torto, para, às 6 e 30, viajar para Porto Alegre, a bordo do "Viscount" presidencial (Ver noticiário sobre o primeiro-ministro à pag. 5).

O presidente da República já então enviara officio (publicado hoje pelo "Diário Oficial") designando o general Amauri Kruehl, chefe do Gabinete Militar para responder, cumulativamente, e provisoriamente,

te, pela Subsecretaria da Guerra, que estava acertada. A transmissão do cargo se deu à tarde no Rio.

De manhã, o presidente Goulart recebeu os ex-ministros, que lhe foram apresentar as despedidas (ver pags. 4 e 5) e, à tarde, distribuiu declaração ao País fazendo apelo "à serenidade, à ordem e à concórdia para preservação da ordem e das liberdades públicas".

Seus auxiliares adotaram medidas para que a declaração fosse amplamente divulgada. Alguns deles informavam que o presidente confiava em que a Câmara encontraria a solução para a crise e que a ameaça de greve geral preocupava-o.

A greve

A pronta ação das autoridades impediu que se generalizasse no País a greve iniciada ontem de forma desordenada, como consequência imediata da renúncia do Gabinete. O chamado do Comando Geral dos Trabalhadores, da CNTI, porém, determinou ontem à noite a greve geral em todo o território nacional.

O governador Carlos Lacerda distribuiu comunicado em que afirma a disposição do seu governo de coibir os abusos e manter a ordem. Voluntários foram mobilizados pelo Departamento Estadual de Segurança Pública, para pôr em funcionamento os serviços de transportes marítimos e ferroviários, paralisados pelos grevistas.

Em São Paulo foi cancelado pelo DOPS o comércio marcado para ontem às 18 horas, pelos dirigentes grevistas e a paralisação das atividades, até as primeiras horas de hoje, restringia-se a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, embora também o movimento no aeroporto de Congonhas tivesse sido afetado pela falta de combustível, em decorrência da greve do porto de Santos.

Em Niterói, os marítimos anunciaram que paralisaram suas atividades à zero hora de hoje e ao mesmo tempo tropas foram deslocadas para estações da Central do Brasil.

Em Porto Alegre, Salvador, Curitiba e Natal, a situação era de expectativa, enquanto que em Belo Horizonte tinha sido deflagrada apenas uma greve de metalúrgicos que reivindicavam melhores salários.

No setor militar

O general Osviro Alves, comandante do I Exército, declarou que há perfeito entrosamento entre os chefes das três Armas. As tropas no Rio foram colocadas de sobreaviso. Os pontos estratégicos e os serviços essenciais estão sob a guarda de soldados do Exército, em virtude da greve.

O general Castelo Branco, comandante do IV Exército, com sede em Recife, determinou regime de prontidão nos quartéis de todo o Nordeste.

No II Exército em São Paulo, as tropas ficaram de sobreaviso. O general Peri Beviláqua esteve com os comandantes de várias unidades sob a jurisdição do II Exército e conferenciou com o governador Carvalho Pinto e com dirigentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo que foram solicitar garantias para os estabelecimentos industriais.

Em Santos, as tropas, também subordinadas ao comando do II Exército, receberam ordens de cooperar com as autoridades locais para a manutenção da ordem.

Em Brasília, todo o efetivo do Departamento Federal de Segurança Pública, compreendendo agentes da Divisão de segurança Pública e Social e soldados da Superintendência de Policiamento, está desde às 21 horas de anteontem em prontidão. Além das centrais de comunicações, estações transmissoras e receptoras de micro-ondas, também as usinas geradoras, as saídas da cidade e o aeroporto civil de Brasília estão mantidos em severa vigilância pelas autoridades policiais.

A luta parlamentar

Logo após ter sido lido na Câmara o expediente relativo à chegada àquela Casa do projeto Capanema, emendado pelo Senado, reuniu-se a Comissão Especial para dar parecer sobre a alteração feita pelos senadores.

Rapidamente o Sr. Capanema foi substituído na presidência daquele órgão pelo petebista Wilson Fadul, fazendo-se outras modificações na composição do órgão, na tentativa de um voto favorável da comissão. Assim é que os petebistas, Clemens Sampaio e Osvaldo Lima Filho, que tinham votado pela inconstitucionalidade do projeto inicial foram substituídos pelos srs. Wilson Fadul e Artur Virgílio. O sr. Manuel Novaes que nunca comparecera às reuniões do órgão, foi convocado para votar a favor.

Para relatar a emenda do Senado, foi escolhido o sr. Bilac Pinto, que antecipou seu voto contrário, dando parecer mais tarde em plenário. O sr. Artur Virgílio do PTB amazonense, pediu a palavra para dizer que votava a favor, a despeito da inconstitucionalidade da proposição, por considerar o projeto tipicamente político. Repetiu, em suma, a justificativa dada no Senado pelo sr. Arinos ao apoiar a emenda. Passou depois a atacar seus adversários, provocando protesto enérgico do sr. Pedro Aleixo, que logo se retirava da Comissão, seguido do sr. Adauto Cardoso.

O sr. Manoel Novais, deu, a seguir, seu voto, seguindo-se com a palavra o sr. Martins Rodrigues que manteve seu ponto de vista sobre

a inconstitucionalidade da antecipação do plebiscito por lei complementar. Finalmente foram recolhidos os votos.

Inconstitucional

Votaram a favor os srs. Artur Virgílio, Manoel Novais, Wilson Fadul e Oliveira Brito este sendo o único que alterou sua posição. Contra a emenda manifestaram-se os srs. Bilac Pinto, Martins Rodrigues, Clodomiro Millet e Pedro Aleixo. Registrado o empate, prevaleceu o voto do relator, concluindo assim a comissão pela inconstitucionalidade da emenda.

Reunião Secreta

Antes de ser iniciada a reunião propriamente dita da Comissão Especial, o líder petebista sr. Almino Afonso, pediu que os membros da comissão se reunissem secretamente, pois desejava dar-lhes informações sigilosas. Atendido, o sr. Almino Afonso, dizendo-se expressamente autorizado pelo sr. João Goulart, insistiu na gravidade da "crise institucional", assegurando que o presidente da República — aprovada pela Câmara a modificação feita no projeto Capanema pelo Senado — considerar-se-ia apto a manter a ordem, repor a tranquilidade no País, e garantir a realização tranquila de eleições.

Projeto Capanema

Somente por volta das 4 horas de hoje, o Senado pôde aprovar o projeto Capanema que dispõe sobre a vacância de governo seguindo-se a aprovação da emenda Valadares (ver textos no interior desta edição).

O projeto teve um único voto contrário, do senador João Vilasboas, que o julga inconstitucional.

A emenda que convoca o plebiscito para janeiro foi aprovada por 34 votos a 19, dois além do necessário à sua aceitação por maioria absoluta. Só por volta das 2 da manhã, os srs. Valadares, Moura Andrade e Kubitscheck obtiveram a aprovação da emenda graças à atitude do sr. Afonso Arinos que reassumiu seu mandato, para votar a favor da emenda. O ex-ministro do Exterior com seu procedimento contribuiu para a mudança definitiva do voto do udenista Heribaldo Vieira (Sergipe), ficando, assim, garantido o êxito da iniciativa.

Com exceção apenas do srs. Arinos, Heribaldo Vieira, DixHuit Rosado e Reginaldo Fernandes, a bancada udenista não só obstruiu longamente a votação da emenda do sr. Benedito Valadares, como sustentou em discursos bastante veementes a sua inconstitucionalidade. Além do sr. Milton Campos, que relatou o projeto e a emenda, a

inconstitucionalidade desta foi longamente sustentada pelos srs. Mem de Sá e Daniel Krieger, que analisaram ainda a situação política do País, atacando violentamente o sr. João Goulart e de forma indireta o sr. Juscelino Kubitschek.

Denunciando os males causados ao País pelo presidencialismo, os dois representantes gaúchos fizeram duras alusões ao governo Kubitschek, que em nenhum momento rebateu os oradores. O sr. Mem de Sá condenou em termos de excepcional energia, o "soez, brutal, estúpido" pronunciamento do comandante do III Exército, general Jair Ribeiro Dantas, afirmando, ainda, que de forma alguma correspondia à realidade existente no Rio Grande do Sul. O srs. Mem de Sá e Daniel Krieger, tinham chegado do Rio Grande, afirmando, ambos, que lá reina absoluta paz, estando o povo gaúcho empenhado profundamente na campanha eleitoral, ansioso pela chegada das eleições", quando expulsará do governo "o energúmeno" que se apossou do Executivo, retirando-lhe toda a paz".

Rateio

Até minutos antes da votação do projeto Capanema, prosseguiram as negociações não só para assegurar o êxito da emenda Valadares no Senado, como para garantir-lhe a aceitação da Câmara. O pertinaz esforço dos srs. Valadares e Kubitschek acabou produzindo seus resultados tidos por impossíveis mesmo por elementos como o sr. San Thiago Dantas e Tancredo Neves e apesar de toda a sorte de pressão exercida sobre as bancadas, com a participação de assessores pessoais do sr. João Goulart.

Finalmente, chegou-se ao "acordo político entre o PSD e o PTB, na base de um rateio prévio do governo, constando no Senado que o sr. Ruy Carneiro será o novo primeiro-ministro, ou ministro possivelmente da Fazenda, caso o sr. Hermes Lima seja indicado para a presidência do Conselho, como se propalou, embora sem confirmação.

Assegura-se também que o deputado Oliveira Brito, um dos parlamentares que mais persistente e habilmente agiram a favor dos interesses do Presidente da República, voltará ao Ministério, logo após as eleições. Foi graças a esse acordo que se chegou a aprovação da emenda Valadares.

Ao fim da noite, já aprovada a emenda, prosseguiram as reuniões dos senadores com suas bancadas na Câmara, com o fim de garantir a sustentação nesta Casa da decisão do Senado. A bancada goiana, por exemplo, era quase totalmente contrária, exigindo-lhe o sr. Pedro Ludovico, presidente do PSD goiano, absoluta coesão na aprovação da emenda Valadares. Os srs. Valadares e Kubitschek fizeram o mesmo com a bancada mineira, enquanto o sr. Ruy Carneiro exigiu outro tanto da bancada do PSD paraibano.

Estes acertos finais, com os quais se completou a divisão que gerou o "acordo político", se prolongaram pela manhã de hoje, mantendo o sr. Kubitschek contatos com grande número de parlamentares em sua residência e no Hotel Nacional.

Resistência anulada

Estabelecido o acordo entre o presidente da República e as cúpulas do PSD, seguiu-se o intento de anular a resistência pessedista na Câmara. Os srs. Amaral Peixoto e Martins Rodrigues se empenharam em vão para neutralizar ou diminuir os efeitos desta ação. Incidentes e conversas ásperas ocorreram entre o presidente nacional do PSD, o líder na bancada da Câmara e os comandantes da batalha no Senado, especialmente o sr. Kubitschek.

Por volta das 4 da manhã, o sr. Amaral Peixoto reuniu-se no gabinete do sr. Moura Andrade, com este e os srs. Kubitschek e Valadares. O sr. Amaral Peixoto chegou ao gabinete irritado, dizendo que o procedimento do PSD no Senado poderia inutilizar os entendimentos em torno da emenda Oliveira Brito, e, se, bem sucedidos, teriam a mais penosa repercussão na opinião pública. Esmagado, porém, pelos acontecimentos, o sr. Amaral Peixoto deixou o Palácio do Congresso já de manhã, embarcando logo para o Rio, numa atitude de total desistência de seus esforços e não querendo assistir ao quase fatal resultado do "acordo político" entre PSD-PTB.

O líder Martins Rodrigues também deixou a Câmara no mesmo estado de espírito, declarando que renunciava à liderança, provocando, com isso, a reunião da bancada pessedista realizada à tarde na Câmara.

A emenda Oliveira Brito

Foi por 165 votos contrários e 97 favoráveis e uma abstenção que a Câmara rejeitou, às 5 e 35 da manhã de ontem, a emenda Oliveira Brito resultante do acordo feito pelas lideranças com o governo.

A votação nominal, iniciada pelos líderes, registrou uma rebelião das bancadas contra a orientação das lideranças, pois ao PTB, que denunciara o acordo juntamente com a Ação Democrática Parlamentar, contraria à emenda, e os diversos deputados sensíveis a vontade do presidente da República.

A sessão iniciada às 22 de anteontem, com as galerias apinhadas, foi interrompida para que o primeiro-ministro lesse seu discurso de renúncia e sofreu duas prorrogações. Nelas falaram todos os líderes de partido encaminhando votação. A votação na Câmara começou 15 minutos depois que se concluiu a do Senado.

Apoio a Nelson de Melo

Na nota que distribuiu ontem, o presidente do Senado (ver noutro

local), sr. Auro de Moura Andrade, afirma entre outras coisas: " Como presidente do Congresso do Brasil, proclamo neste instante o agradecimento da democracia ao seu patriótico soldado, general Nelson de Melo, cujo pronunciamento passou a pertencer a antologia dos atos de bravura cívica da vida nacional".

(Publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 15 de setembro de 1962, 2º clichê)

O ATO ADICIONAL DEVE SER MANTIDO?

Os autores destes comentários são os dois principais editorialistas políticos da FOLHA DE SÃO PAULO. Nessa função — a de editorialistas — escreveram dezenas de artigos a respeito do Ato Adicional, do parlamentarismo, do presidencialismo, do referendo, da campanha, etc. Tais artigos, é claro, refletiam apenas em parte as opiniões pessoais dos autores, pois expressavam, antes de tudo, o pensamento do Conselho de Redação que é quem fixa a orientação do jornal. Às vésperas do referendo, parece-nos interessante divulgar a opinião pessoal dos nossos dois editorialistas políticos, que poderá também servir de orientação para o eleitor. Verá o leitor que são diametralmente opostos — e até se poderia dizer democraticamente opostos. E perceberá também como um jornal efetivamente independente fixa suas opiniões sobre os problemas controvertidos: mediante o livre debate, os argumentos antagônicos, a discussão franca em que o vencido democraticamente aceita o ponto de vista da maioria e vai colocá-lo em letra de forma.

SIM

Geraldo Pinto Rodrigues

Como devem opinar os parlamentaristas no referendo de amanhã? Lamentavelmente, os partidos que se proclamam adeptos do sistema de gabinete (e o têm até inscrito em seus programas) enveredaram pelas mais esdrúxulas e descabidas atitudes, desorientando por completo o eleitorado brasileiro. O PSP, por mero oportunismo de seu chefe, renegou sua carta de princípios e tornou-se presidencialista. A

UDN, depois de ter iniciado a campanha pelo não-comparecimento, resolveu encolher-se e omitir-se. O PL, o principal arauto dos ideais parlamentaristas e de quem se esperava uma atitude mais construtiva, deliberou pregar ostensivamente a abstenção, admitindo, em última instância o voto em branco. Diante de tais descaminhos, é natural e compreensível a perplexidade dos que, professando embora os princípios parlamentaristas, não se consideram entretanto sectários de nenhuma daquelas agremiações. Para estes, a única posição correta, ao nosso ver, é esta: comparecer às urnas amanhã e votar SIM, isto é, em favor do Ato Adicional. Abster-se, nunca! Não é assim que se pratica e constrói a democracia. Em nenhuma hipótese se deve acoroçar esse mau exemplo de incivismo, que põe em risco a sorte não apenas de meras normas de governo, mas das próprias instituições básicas que desejamos ardentemente defender e preservar. O absentéismo é, por isso mesmo, um dos caminhos mais curtos para a liquidação da Democracia e a instauração de regimes de força. Nada o recomenda, portanto.

O voto em branco, ao contrário, é legítimo voto de protesto. Todavia não nos parece que seja o caso de dá-lo ou usá-lo amanhã. Invoca-se, para justificar-se essa atitude, a inconstitucionalidade da chamada Lei Capanema-Valadares, de que não temos também nenhuma dúvida. Mas havia tempo hábil e meios adequados para se reclamar e se protestar contra este ato do Congresso. Se ninguém o fez — por esta ou por aquela razão, não importa — não é agora, à boca da urna, que se deve subverter o processo democrático.

Está o povo brasileiro convocado para decidir amanhã sobre dois sistemas de governo. Um é o sistema presidencial, que praticamos durante mais de 70 anos (e vimos ainda praticando, apesar de falsas aparências...) e cujos erros, fracassos e notórias deficiências são facilmente julgáveis. O outro é o sistema parlamentar, que exercitamos excelentemente no Império (sobretudo durante o II Reinado) e se pretendeu pôr de novo em prática a partir de 2 de setembro de 1961, após uma das mais trágicas crises presidencialistas de nossa história política (e exatamente porque esse regime não prevê soluções para suas crises, ao contrário do parlamentarismo). Em verdade, não chegamos a experimentar o sistema de gabinete, seja porque foi ele torpedeado desde o primeiro momento, seja porque não se completou sequer sua institucionalização, estendendo-o inclusive aos Estados. De qualquer forma, porém — e este ponto parece-nos importante assinalar — o Ato Adicional que o instituiu, a despeito de todas as suas falhas, configura os traços essenciais e típicos do sistema. Bastava e basta querer executá-lo honestamente para exercermos de fato o parlamentarismo no Brasil. Por isso é que julgamos mais coerente, da parte dos parlamentaristas, opinar pelo SIM amanhã. Na hipótese de vitorioso esse pronunciamento — o que sabemos improvável — fácil seria depois, e com toda a força da opinião pública, aperfeiçoar o Ato Adicional, escoimando-o de dúvidas e omissões. Na pior das hipóteses, o SIM derrotado, mas dado em número expressivo, permitirá aos parlamentaristas enceta-

rem desde logo, com insofismável apoio popular, nova campanha em favor da adoção desse sistema, já então em clima menos passional.

Enfim, independente de seus resultados o referendo de amanhã reveste-se de extrenicos [sic] de vida. Não valem por si sós, mas [sic] vez o povo brasileiro deve tomar consciência da importância de uma decisão política, que não se cinge, desta feita, à mera escolha de candidatos a este ou àquele cargo. Para nós, não é irrelevante ou desprezível a questão das formas de governo. Sem esquecermos entretanto, como bem lembra, aliás, o Prof. Miguel Reale (in "Parlamentarismo Brasileiro", edição Saraiva), que elas, as formas de governo, são apenas "instrumentos de ordinária significação pois pela primeira na conformidade das intenções e dos propósitos dos homens que delas se utilizam". [sic]

NÃO

Emir M. Nogueira

Votarão "NÃO" no referendo, aqueles que consideram o presidencialismo melhor do que o parlamentarismo; aqueles que entendem que o sr. João Goulart foi esbulhado em seus legítimos direitos e querem prestar-lhe uma reparação; aqueles que se desiludiram com a experiência parlamentarista; e aqueles que — como este redator — independentemente de todas essas razões, julgam necessário acabar com esse regime de jogo de empurra que se instalou no Brasil com o Ato Adicional.

As discussões teóricas a respeito do sistema de governo pouca importância têm, neste momento. Podem dizer-nos que o parlamentarismo fez coisas maravilhosas na Inglaterra ou na Alemanha, na Itália e até na França. O que interessa é saber o que fez ou pôde fazer no Brasil. Também não nos comovem as afirmativas de que no Brasil de ontem, no Império, o parlamentarismo funcionava admiravelmente (o que é discutível), foi uma escola de estadistas, patatipatatá. O que interessa, repetimos, é saber o que fez ou pode fazer no Brasil de hoje.

E o que acontece no Brasil de hoje? Todos mandam e ninguém manda. A autoridade diluiu-se. A responsabilidade dividiu-se — e por causa disso desapareceu. Presidente da República, primeiro-ministro, Conselho de Ministros, Congresso, cada um pode comodamente tirar o corpo fora, quando se trata de prestar contas. A culpa do fracasso e omissões pode ser sempre transferida para outra dessas quatro entidades entre as quais teoricamente se dividem as responsabilidades de governo.

É claro que não é justo atribuir essa tendência à irresponsabilidade ao sistema parlamentarista. Mas que ela o favoreceu, não há dúvida. Como também não há dúvida de que a continuará favorecendo, na hipótese — remotíssima — de que o "sim" seja vitorioso. Pois é preciso não esquecer que o parlamentarismo no Brasil não será exercitado por

circunspectos e penetrados políticos anglo-saxões, mas pela nossa gente mesmo — nossos partidos, nossos líderes, nosso Congresso; cujos defeitos (e cujas virtudes, por que não?) muito mais os identificam com o paternalismo e o individualismo do sistema presidencial do que com as características sejam lá quais forem do parlamentar.

Muita gente reluta em votar "não" porque não confia no Sr. João Goulart e considera que a derrota do Ato Adicional será uma vitória do presidente da República. Não pensamos assim. Se os janguistas têm motivos para desejar a volta do presidencialismo, os antijanguistas têm mais ainda. Até aqui, Jango tem tido uma desculpa para não governar. O "sim" vai retirar-lhe essa desculpa. A propaganda de inspiração oficial em torno do referendo deu a entender que um mundo de maravilhas se abrirá para o Brasil, com o retorno do antigo regime. Em consequência disso, o sr. João Goulart assume enormes responsabilidades perante a opinião pública, pois com o restabelecimento dos poderes presidenciais — que tanto desejou — terá que assumir ao lado das vantagens, os ônus integrais em que a chefia de uma nação implica.

No passado, o país progredia ou regredia, era possível dizer com certa precisão qual o responsável maior: Getúlio, Dutra, Juscelino, Jânio, para ficarmos com nossa história recente. Agora, lance-se um olhar por essa temporada em que vigiu o parlamentarismo, lembrem-se de todas as crises e dificuldades e procuremos o culpado. Jango? Tancredo? Brochado? Hermes? Honestamente é impossível fixar-nos num nome.

O "não" terá se não outros, ao menos este mérito: obrigará cada um a assumir suas responsabilidades. Perante a opinião pública atual. Mas sobretudo perante a História, para que no futuro se saiba quem construiu a grandeza ou quem aprofundou as misérias deste país.

(Folha de S. Paulo, 5/1/63)

GOULART DEVE ASSUMIR PLENOS PODERES — AFIRMA MANGABEIRA

Brasília, 10 (FOLHA) — "Os vencidos que se conformem. Sobre eles passou o rolo compressor da formidável e arrasadora votação de 6 de janeiro. Reduzidos a pó, não tentem agora transformar-se em muralha. O sr. João Goulart é que lhes tem de ser muito grato e, em retribuição deve por eles mandar celebrar missa de ação de graças" — disse o ministro João Mangabeira, voltando, hoje, a defender a tese de que o presidente da República deve assumir plenos poderes, tão logo o Tribunal Superior Eleitoral proclamar o resultado do referendo...

O titular da Justiça, em longo arrazoado, sustenta que se "o voto popular já decidiu contra este Ato (Adicional), é óbvio que o povo não pode ficar, um momento sequer, submetido ao jugo do regime contra o qual proferiu a sua decisão irrecorrível" e que, como as reformas a serem tentadas no presidencialismo necessitam do apoio do sr. João Goulart, "voltará tudo como dantes no quartel de Abrantes". No entender do sr. João Mangabeira, "para não se aprovar emenda nenhuma, rolarão 90 dias de palavreado inútil e grandes despesas prejudiciais".

"Facílimo"

Retomando a defesa da volta imediata ao presidencialismo, diz o prof. Mangabeira:

"Afirmar que, em face da Lei Capanema-Valadares, e da sua subordinação à Constituição e ao Ato Adicional, que ela complementou, era fácil demonstrar que, uma vez proclamado pelo Tribunal competente o resultado do referendo contrário àquele Ato, o presidente da Repú-

blica, poderia, desde logo, assumir a plenitude de suas funções presidenciais.

"Não somente é fácil, mas é facilímo. Não é necessário citar julgados nem tratadistas. Nem é preciso saber Direito. Basta conhecer os textos constitucionais, inclusive os da emenda nº 4 e da lei complementar, e ter bom senso.

"Estarei errado? Vamos ver.

"A palavra existente no Ato Adicional é plebiscito. Eis o texto da emenda nº 4, no tocante ao assunto: "A lei votada nos termos do art. 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito, que decida da manutenção do sistema parlamentar ou a volta ao sistema presidencial".

"Mas o amor às letras clássicas e à técnica jurídica, levou o Congresso a preferir, e em latim, "referendum". Mas "referendum" não passou de sabedoria de letrados. O povo continuou e continua a falar do plebiscito, como diz a emenda constitucional, alterada neste ponto pelo legislador ordinário. Mas plebiscito ou "referendum" o que o Ato Adicional impõe é que o eleitorado "decida da manutenção do sistema parlamentar ou a volta ao sistema presidencial".

"E pela constitucionalidade modelar deste Ato, juram e perjuram todos os que, pela madrugada, em Brasília, o engendraram".

"Não quero impugnar a constitucionalidade desta emenda nem das duas leis que a completam. Não sou eu, mas o Poder Judiciário o competente para declarar a inconstitucionalidade de diplomas legais. Enquanto isso não ocorrer cumpre-me obedecer-lhes. Mas, o essencial é que estejamos sob uma Constituição cujo preâmbulo declara que os constituintes se reuniram "para organizar um regime democrático" e cujo art. 1º — proclama — "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

"Se assim é, e se o povo, convocado às urnas, pronunciou-se contra o Ato Adicional, como quer que ele continue em vigor, ao menos um instante, depois da repulsa popular solenemente proclamada pelo mais alto Tribunal de Justiça Eleitoral? Em face da Constituição e do próprio Ato Adicional, nos textos acima transcritos, não é possível tentar restringir ou anular os efeitos do voto expresso do povo e ainda se dizer representante.

"Se o povo foi convocado para decidir e proferiu pelas urnas a sua decisão, esta é suprema e não há Congresso capaz de revê-la ou restringi-la".

E o povo?

"Mas apertemos o crivo. Pelo art. 2º, parágrafos 1º e 2º da lei complementar nº2, se o povo no referendo adotar o Ato Adicional este permanecerá vigente, salvo se o Congresso dentro de 90 dias, o modi-

ficar. Está certo. Mas, se em vez de o adotar, o povo o repelir, o regime repudiado, dizem os meus contraditores, continuará dominando a nação que o rejeitou, até que, dentro de 90 dias, os doutores resolvam modificá-lo ou não "na base da opção decorrente da consulta".

"E o povo? O povo que foi convocado para fazer a "opção.", e pública e expressamente a fez, continuará por 90 dias submetido ao cativo de um regime de governo por ele manifestamente rejeitado?"

"Será que na memória de tais intérpretes da Constituição e do regime representativo esteja viva e atuante a lembrança destes versos de Guerra Junqueiro:

"Povo é rei, e rei como Jesus
para beber o fel, para morrer na cruz"

"Porque se assim não é, se o povo em verdade é rei, se a lei complementar nº 2 tem de ser interpretada e aplicada de acordo e subordinadamente à Constituição que declara "todo poder emana do povo e em seu nome será exercido" e a sua emenda nº 4 que prescreve que o plebiscito decide "da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial" e se o voto popular decidiu contra este ato, é obvio que o povo não pode ficar um momento sequer, submetido ao jugo do regime contra o qual proferiu sua decisão irrecorrível".

Democracia

"Se assim não o fosse, o regime que submetesse o povo, por um dia sequer, a um sistema de governo por ele expressamente repellido tudo poderia ser, menos democrático. Em casos tais, poderá haver absolutismo, oligarquia, tudo, menos democracia, que, na fórmula lapidar de Lincoln, é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Mas se a prorrogação do parlamentarismo ocorresse, o governo não seria do povo, pois foi por ele repudiado, não seria pelo povo, pois este nele não participaria, não seria para o povo, pois este dele não se beneficiaria.

"Enquanto o regime antipopular perdurasse, teríamos uma ditadura, isto é, um governo de um, por um e para um, ou uma oligarquia, isto é, um governo de um grupo, por um grupo e para um grupo.

"Isto é o que se daria no Brasil, se o grupo estrondosamente derrotado nas urnas continuasse a pretender governar sob o embuste de um parlamentarismo detestado pela imensa maioria de milhões e milhões de votos, expressos livremente nas urnas. Isto posto, de acordo com a Constituição que exige "um regime democrático" e o art. 25 do Ato Adicional, o presidencialismo se restaurará imediatamente após a proclamação do Tribunal Superior Eleitoral.

"Além disso, a horas tais, o Ato Adicional estará morto. Matou-o a vontade do povo. O que restará é o cadáver do Ato no texto impresso e sem vida, que será sepultado pelo Tribunal Superior, ao proclamar o repúdio popular. Foi levado ao ossário das leis mortas. Como preten-

der que este cadáver possa governar povo vivo e confiante de seus direitos? Não há ficção jurídica, se é que a rabulice merece tal nome, capaz de, contra a Constituição e a sua emenda nº 4, encarnar e transmitir um sopro de vida a esse esqueleto".

"Lei redundante"

"E os 90 dias fixados na lei complementar? O Congresso que, dentro de tal prazo, faça no regime restabelecido as modificações plausíveis. E se replicarem que então seria inútil tal disposição, redarguirei que não será o primeiro nem o último caso de lei redundante ou ex-crescente. Até mesmo porque, ainda depois de 90 dias, poderá o Congresso fazer tais modificações.

"A lei Capanema-Valadares, no seu parágrafo 2º do art. 2º, é padrão de lei inútil, pois destinada, de antemão a não produzir efeito, porque as leis destinadas a "organizar o sistema na base da opção" como ela diz, no seu palavreado inócuo, para serem aprovados em 90 dias, dependem do voto favorável de pelo menos 2/3 dos membros que compõem cada uma das casas do Congresso. Não há ninguém, por mais beócio que seja, capaz de imaginar que o presidente da República, depois da votação arrasadora de 6 de janeiro, não disponha para defender os seus poderes, de pelo menos 1/3 e mais 1 dos votos de uma das duas casas do Congresso.

"Assim, emenda nenhuma passará sem a sua aquiescência. Sem ela, decorridos os 90 dias, voltará "tudo como dantes no quartel de Abrantes", isto é, volver-se-à pura e simplesmente ao presidencialismo da Constituição atual.

"Mas não para se aprovar emenda nenhuma, rolarão 90 dias de palavreados inúteis e grandes despesas prejudiciais, por isso mesmo que a sessão extraordinária não renderá nada".

Insânia

"Para evitar isso, dizem os saudosistas do Ato Adicional que o presidente deve tomar a direção das emendas constitucionais e podar ele próprio os seus poderes, o que o povo não quer nem ele deseja.

"Estamos, portanto, em pleno domínio da demência. Em caso tal, o que há de mais grave é que os adeptos do Ato defunto querem submeter o Congresso ao papel teleguiado; em função que é sua, privativamente sua, exclusivamente sua, e a tal ponto que o presidente não sanciona, não veta, nem promulga a emenda Constitucional. E tudo isso para ressurgir um morto, embora metamorfoseado no seu oposto. Teríamos, então em vez de um parlamentarismo híbrido um presidencialismo híbrido."

"O presidente da República, restaurado nos seus poderes, com

uma estrondosa votação popular, não poderá de modo nenhum, submeter-se a tão louca imposição. Em 1954, no Instituto de Direito Público, ao fazer o exame das funções do Poder Legislativo, propus ao plenário de juristas uma série de medidas, por ele aprovadas, em que modificava o sistema de legislar prescrito na Constituição, e determinava algumas alterações no sistema presidencial então vigentes. Isso propunha eu, notório presidencialista, exatamente para adaptar o regime às condições do Brasil e da vida social do presente".

Diferente

"Agora é diferente, parlamentaristas, udenistas e adversários do presidente, descobertos ou mascarados, se juntaram todos na votação do "sim". Basta ver o pequeno número de abstenção e o dos que votaram "sim", para evidenciar do que se compôs a massa destes, na qual não figuravam parlamentaristas de verdade nem 200.000, pois são os vencidos que querem repetir, agora, a mesma manobra das noitadas em 61 pela qual os derrodatos empolgaram o poder.

"Desta vez não. Os vencidos que se conformem. Sobre eles passou o rolo compressor da formidável e arrasadora votação de 6 de janeiro. Reduzidos a pó não tentem agora transformar-se em muralha.

"O sr. João Goulart é que lhes tem de ser muito grato e, em retribuição, deve por eles mandar celebrar missa de ação de graças. Não quiseram aceitar a sugestão da emenda revogatória do Ato Adicional. Certos da vitória, quiseram o plebiscito que resultou numa sagração estrondosa do presidencialismo e uma consagração do presidente para eles abominável. Não há meio de tapar o sol com a peneira. O Ato Adicional resulta de que seus autores e adeptos não queriam dar todos os poderes no regime presidencialista ao sr. João Goulart".

A Verdade

"Outro fosse o vice-presidente naquela época e não teria havido Ato Adicional nenhum. Esta é a verdade nua e crua. Se, porém, agora, por uma votação triunfal e ao mesmo tempo devastadora o povo destroça todas as manobras de parlamentaristas, udenistas, e antijunguistas, descobertos ou encapuçados, não há como negar que o ex-vice-presidente recebeu uma nova sagração popular.

"O que o Congresso na execução de uma lei política, tem que fazer, é adaptá-la à Constituição e à emenda constitucional, às quais está subordinado. O que não deverá jamais fazer é sobrepor as decisões legais aos princípios constitucionais e por uma manobra de interpretação cerebrina e antijurídica, sujeitar o povo a um cativo imerecido e contra o qual se pode rebelar.

"Em resumo: o povo foi convocado para votar livremente "Sim"

ou "Não". Mas uma vez proclamada a sua decisão, não é possível restringi-la ou procrastiná-la por meio de interpretações jurídicas mais ou menos ajeitadas ou mais ou menos sibilinas. Uma vez proclamada pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral a decisão do povo, contra ela nada pode prevalecer.

"Cessa tudo quanto a antiga musa canta,
Que outro poder mais alto se levanta".

"Diante de tudo isso, para contentar a Deus e ao mundo, resta um recurso legal, por mim alvitado: votar emenda revocatória do Ato Adicional, a exemplo do que se fez nos Estados com a emenda 18. E, depois disso, que o novo Congresso procure de acordo com o presidente, introduzir no regime as modificações aconselhadas por mais de 70 anos de sua experiência no Brasil.

"A isso não se negará o presidente com sua reconhecida tolerância e prudência e seu comprovado patriotismo. Por imposição ou maquiagem de vencidos, não, não e não.

Manifesto de Magalhães Pinto

Belo Horizonte, 10 (FOLHA) — O governador Magalhães Pinto fará amanhã um importante manifesto à nação, por ocasião da posse de seu novo Secretariado constituído há poucos dias, em cerimônia que será realizada às 10 horas da manhã no Palácio da Liberdade.

Na oportunidade, o governador comentará os resultados e as consequências do referendo e fará análise profunda da atual conjuntura política e econômica do Brasil. O pronunciamento do governador terá repercussão nacional e refletirá os anseios e o pensamento de Minas.

(Transcrito da *Folha de S. Paulo*, edição de 10 de janeiro de 1963).

SISTEMATIZAÇÃO DEFINE FUNCIONAMENTO NO PARLAMENTARISMO

Da sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização do Congresso constituinte definiu, ontem, as características do sistema parlamentarista, que havia aprovado no dia anterior. O sistema prevê eleição do presidente da República em dois turnos por voto direto (se não houver maioria absoluta no primeiro turno), moção de censura ao primeiro-ministro, voto de confiança ao governo e possibilidade de dissolução da Câmara pelo Presidente da República. O presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro, indicado pelo Congresso é o Chefe de governo.

O modelo aprovado segue, em quase todos os itens, a proposta parlamentarista assinada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), em nome do grupo parlamentarista interpartidário do Congresso constituinte. Ontem, recebeu contribuições e emendas dos deputados Jorge Hage (PMDB-BA), Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Arnaldo Prieto (PFL-RS) e do Senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). Uma novidade aprovada no final da sessão é a institucionalização do "shadow cabinet", o gabinete da oposição.

Este gabinete terá no Congresso, o mesmo status do gabinete governamental.

Os vice-líderes da oposição comporão um "ministério", com especialistas de cada área, já que, pelas características do sistema, poderão assumir o poder a qualquer momento. Foi aprovada a emenda do deputado Egídio Ferreira Lima, pela qual os secretários-gerais dos ministérios serão funcionários de carreira aprovados em concurso.

Pela emenda, as secretarias-gerais não serão mais consideradas cargos de confiança e serão preenchidas por funcionários públicos de car-

reira. O parágrafo primeiro do artigo 97 do texto aprovado diz: "A lei disporá sobre a criação, estrutura e atribuições dos Ministérios, bem como sobre o secretariado permanente, organizado em carreira, com recrutamento mediante concurso público de títulos e provas".

As emendas aprovadas ontem alteraram em vários pontos a proposta parlamentarista original do segundo substitutivo do relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). A parte que sofreu maiores alterações (praticamente reformulada por completo) foi a que trata da formação do governo. Pelo projeto Cabral, o governo era "exercido pelo primeiro-ministro e pelos integrantes do Conselho de Ministros".

O texto aprovado ontem diz que "o governo, órgão que conduz a política geral do país e a administração pública, é formado pelo Conselho de Ministros, composto do primeiro-ministro e dos ministros de Estado". O texto deixa mais claras as atribuições do presidente e do primeiro-ministro em relação ao texto Cabral.

O "shadow cabinet" foi aprovado por emenda do senador Carlos Chiarelli (RS), líder do PFL no Senado. É o parágrafo segundo do artigo 113, que diz: "O líder da oposição e o colégio de seus vice-líderes autorizados a responder por tais assuntos correspondentes às Pastas Ministeriais existentes, gozarão, no que couber, na forma regimental de tratamento compatível com o concedido em lei ao Primeiro-Ministro e aos demais membros do Conselho de Ministros".

Segundo Chiarelli, o gabinete paralelo ou "gabinete das sombras", inspirado no parlamentarismo inglês, poderá ser implantado num sistema multipartidário, ao contrário da Inglaterra. Seria composto por uma coligação oposicionista, com base num programa comum de oposição.

(Publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 1º de novembro de 1987).

EM 61, SISTEMA FOI IMPLANTADO POR ARTIFÍCIO CASUÍSTICO

Da redação

O parlamentarismo no Brasil-República, fraco e efêmero, não passou de um artifício casuístico para contornar uma crise. Não foi produto de um debate profundo no Congresso e quando de sua implantação estava distante de ser meditado pela sociedade.

Instalado, o parlamentarismo passou a ser imediatamente combatido dentro do próprio governo, classificado de um sistema espúrio. A este tributavam-se todos os males políticos e administrativos da época. O parlamentarismo caiu pelo sufrágio popular, contestado por uma maioria esmagadora de votantes.

Toda a propaganda que se fez contra a manutenção deste sistema durante o governo João Goulart procurou demonstrar que ele era contrário aos interesses da população, uma camisa de força contra a ação do governo e contra os avanços sociais.

Pode-se dizer que sua implantação conseguiu adiar a ruptura que afinal deu-se ainda com João Goulart no governo com a instalação do regime militar em 31 de março de 1964.

O parlamentarismo durou pouco mais de 17 meses. Exatamente 507 dias. Foi instituído por uma emenda à Constituição de 1946 — o Ato Adicional nº 4 — aprovada pela Câmara Federal em 2 de setembro de 1961. Em 22 de janeiro de 1963, a Câmara Federal revogava aquele Ato, reestabelecendo o presidencialismo, em face do plebiscito.

A Crise

Jânio Quadros renuncia em 25 de agosto de 61, João Goulart, vice-

presidente, está na China comunista, em visita oficial. É visto como homem de esquerda e as Forças Armadas não querem sua posse. O país vive grande crise. Há quem faça a suposição de que se vive à beira de uma guerra civil.

Os ministros militares — Odylo Denis, da Guerra (antiga denominação do Ministério do Exército); Sílvio Heck, da Aeronáutica, e Grum Moss, da Marinha, proclamam-se contrários a posse de Goulart, através de uma nota oficial, institucionalizando o impasse.

Um trecho da nota faz vislumbrar a possibilidade de negociação: eles mostram os perigos que constataam em Goulart "na Presidência da República, em regime que atribui ampla autonomia ao Poder Pessoal, ao Chefe da Nação..."

Marcos Guião/Abril Imagens



Tancredo Neves — ladeado por Gustavo Capanema —: símbolo de uma experiência...

Imediatamente surge um projeto de emenda constitucional propondo o parlamentarismo.

Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, arma a resistência pela posse de Goulart, seu cunhado. E tem apoio do comandante do 30. Exército, lá sediado, general José Machado Lopes. Tancredo Neves, então deputado pelo PSD, participa ativamente das negociações para contornar a crise.

Finalmente, no dia 2 de setembro de 1961, é promulgado o Ato Adicional nº 4. Estava criado o parlamentarismo no Brasil.

O Ato Adicional nº 4 visava essencialmente retirar poderes de João Goulart. O presidente da República deixava de ser chefe de governo; só era chefe de Estado. Não podia mais nomear nem demitir ministros de Estado. A ele cabia indicar o primeiro-ministro, cuja nomeação dependeria de aprovação do Congresso.

O presidente não era mais chefe supremo das Forças Armadas; esse comando seria exercido por ele, mas através do Primeiro-Ministro. Perdia a iniciativa de enviar projetos ao Congresso e de submeter ao Parlamento a proposta orçamentária. A atribuição de gerir as relações governacionais do país passava também para o primeiro-ministro. Enfim, o poder era todo transferido ao primeiro-ministro, a quem caberia inclusive a nomeação dos demais ministros. João Goulart ficava com o poder equivalente ao da rainha da Inglaterra.

Vale lembrar que o Ato Adicional nº 4 previa que a eleição do presidente da República seria feita indiretamente, pelo Congresso, e seu mandato seria de cinco anos.

Os gabinetes

Três primeiros-ministros exerceram o cargo durante o parlamentarismo republicano. Tancredo Neves foi o que durou mais: de 9 de setembro de 1961 a 26 de junho de 1962, pouco mais de dez meses.

Brochado da Rocha ficou pouco mais de dois meses. De 9 de julho de 1962 a 14 de setembro do mesmo ano.

O último primeiro-ministro foi Hermes de Lima. Subiu a 17 de setembro de 1962 e ficou no cargo até a revogação do parlamentarismo, em 22 de janeiro de 1963, isto é, cinco meses.

João Goulart assume a Presidência da República em 7 de setembro de 1961. E Tancredo Neves é indicado primeiro-ministro. Seu nome é escolhido por Goulart dentre três nomes apresentados pelo PSD, partido majoritário no Congresso: Tancredo, Gustavo Capanema e Auro de Moura Andrade.

O nome de Tancredo Neves foi aceito pacificamente pelo Congresso.

O gabinete aprovado por ele foi aprovado pela Câmara em 9 de setembro.

Ulysses Guimarães e Franco Montoro, dois políticos que hoje postulam a Presidência da República, dele faziam parte.

O gabinete estava assim constituído: presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) e ministro da Justiça: Tancredo Neves; Fazenda, Walter Moreira Salles; Minas e Energia, Gabriel Passos; Viação, Virgílio Távora; Indústria e Comércio, Ulysses Guimarães; Trabalho, Franco Montoro; Educação, Oliveira Brito; Exterior, San Thiago Dantas; Agricultura, Armando Monteiro; Saúde, Estácio Souto Maior; Guerra, general Segadas Vianna; Marinha, almirante Angelo Nolasco; Aeronáutica, brigadeiro Clóvis Travassos; chefe da Casa Militar, general Amauri Kruel.

Pouco depois, assume a pasta da Justiça, Alfredo Nasser.

Desde o início estabelece-se surdo confronto entre o gabinete e Goulart, que quer liquidar o parlamentarismo e o gabinete.

Falhas na elaboração do Ato Adicional nº 4 contribuem para o confronto.

Por exemplo: o primeiro-ministro era responsável pelo processo legislativo, que acompanhava do começo ao fim. Na hora do veto ou sanção, o problema era do presidente, que nem sempre estava de acordo com o primeiro-ministro.

A maioria que Goulart detinha no Congresso auxiliava as manobras contra o gabinete, minado em quase todas as suas iniciativas.

O país está em plena crise. Inflação, desordem, greves.

O ministro da Justiça, Alfredo Nasser, descreve a situação na reunião do Conselho de Ministros, em 16 de dezembro de 1961: "Havíamos chegado a um ponto em que o governo era acusado de conspirar contra o regime, como também havia a convicção entre elementos do governo de que seus adversários conspiravam contra o regime. As consequências do alarma que invadiu a consciência nacional se refletiam sobretudo no campo financeiro e econômico, agravando e tornando muito mais sombrio o quadro que esse Gabinete recebeu como uma pesada herança".

Avançam a crise econômica e as greves políticas. Suspeita-se que sejam incentivadas pelo Palácio do Planalto.

Enfraquecido o Conselho de Ministros decide renunciar. O motivo formal da renúncia do gabinete de Tancredo Neves foi a necessidade de desincompatibilização dos ministros-candidatos às eleições de 7 de outubro.

Tancredo comparece ao Congresso no dia 26 de julho e anuncia sua decisão. Ele concorreria ao governo de Minas e seria derrotado.

No dia seguinte, João Goulart envia ao Congresso mensagem propondo o nome de San Thiago Dantas para primeiro-ministro.

Considerado uma das figuras mais brilhantes do país, Dantas percorreu toda uma trajetória ideológica, do integralismo ao liberalismo de esquerda.

No dia 28, ele comparece à Câmara para apresentar seus projetos de governo. É acusado por Almino Afonso, esquerdista, de vinculações com as multinacionais. É acusado por Plínio Salgado, direitista, de pró-comunista, devido à política externa que vinha desenvolvendo no Ministério das Relações Exteriores. Foi rejeitado.

À essa altura a crise política começa a agravar-se com o desentendimento do PSD e UDN (que haviam votado contra San Thiago) e o presidente da República. Sindicatos operários e organizações de esquerda mobilizam-se para pressionar a Câmara a aceitar o nome indicado por Goulart.

No dia 1º de julho, João Goulart indicou para primeiro-ministro Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Senado.

Seu nome foi aprovado no dia 3, Auro começa a fazer consultas para formação de seu gabinete. No dia 4, ele anuncia sua desistência, em documento no qual justificava sua atitude pela "impossibilidade de concluir satisfatoriamente as conversações para compor o novo governo".

Na verdade Auro não fora aceito exatamente pelo PTB, partido de João Goulart, cujo líder fizera declaração de voto. Ele antevê dificuldades de ação. Há informações de que Jango tentara imiscuir-se na escolha dos ministros de Auro.

O país ficava cada vez mais ingovernável. Inflação, greves e tensão entre os partidos e o presidente da República.

Brochado

Em 8 de julho, João Goulart fez sua terceira indicação para substituir o primeiro-ministro Tancredo Neves.

Era Brochado da Rocha, secretário da Justiça do Rio Grande do Sul, Estado governado por Leonel Brizola.

No discurso com que se apresentou à Câmara no dia seguinte, Brochado da Rocha vinculou a aceitação do cargo à realização do plebiscito pelo qual a população se manifestaria sobre a continuação ou não do regime parlamentar. Queria, também, a outorga a ele de poderes especiais para enfrentar a crise. No dia 10, a Câmara aprova seu nome.

Vários parlamentares ressaltam que votaram em Brochado apenas para amainar a crise política.

Brochado não tinha apoio parlamentar. Organizou, assim, um gabinete sem nenhum deputado ou senador, que foi o seguinte: Fazenda, Walter Moreira Salles; Agricultura, Renato Costa Lima; Viação, Hélio de Almeida; Trabalho, Hermes Lima; Saúde, Marcelino Candau; Minas e Energia, João Mangabeira; Comércio e Indústria, José Ermírio de Moraes; Educação, Roberto Lira; Justiça, Cândido de Oliveira Neto; Guerra, General Nelson de Mello, Aeronáutica, brigadeiro Reinaldo de Carvalho; Marinha, almirante Araujo Suzano.

A renúncia de Brochado da Rocha foi o epílogo da crise política que se iniciou praticamente quando assumiu a chefia do gabinete.

Ele aceitara o cargo sob a condição do plebiscito e outorga de poderes especiais para enfrentar a crise.

Deputados e senadores cuidavam de suas campanhas fora de Brasília. Havia dificuldade de reuni-los. Acertou-se a realização de "um esforço concentrado".

Mesmo assim, não se discutiu nem a delegação de poderes, nem o plebiscito. Em vista dessas dificuldades, Brochado da Rocha renunciou no dia 14 de setembro. Sua gestão durara 67 dias.

Na mesma madrugada, o Senado aprova a emenda Capanema, na qual se previa a realização de um plebiscito, com o nome de referendo, a 6 de janeiro.

A emenda, em síntese, resolvia o problema de vacância do gabinete, pois autorizava o presidente da República a constituir-lo provisoriamente, independentemente da aprovação do Congresso.

Estava assim satisfeita a grande pretensão de João Goulart, removendo as causas mais profundas da crise política do momento.

No dia 17 de setembro de 1962, João Goulart nomeia Hermes Lima para formar um singular gabinete, já contando com a interferência direta e legal do presidente da República.

O terceiro gabinete parlamentarista ficou assim constituído: primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima; Justiça, João Mangabeira; Fazenda, Miguel Calmon; Viação, Hélio de Almeida; Agricultura, Renato Costa Lima; Educação, Darcy Ribeiro; Trabalho, João Pinheiro Neto; Saúde, Eliseu Paglioli; Minas e Energia, Elieser Batista; Indústria e Comércio, Otávio Dias Carneiro; Guerra, General Amaury Kruei; Marinha, almirante Araújo Suzano; Aeronáutica, brigadeiro Reinaldo de Carvalho.

Dias depois, Celso Furtado foi nomeado ministro sem pasta. Em seguida, Pinheiro Neto foi exonerado da pasta do Trabalho e substituído por Benjamim Eurico Cruz.

Plebiscito

A seis de janeiro de 1963, é realizado o plebiscito.

Cansada, a população vota no retorno do presidencialismo. O parlamentarismo era — na compreensão popular, alvo da propaganda do governo — a raiz de todos os males. Cerca de 80% dos eleitores brasileiros votam contra o parlamentarismo.

João Goulart assume o governo. E a crise viria mais tarde. (BC)

NA ÉPOCA, SARNEY SE DISSE PARLAMENTARISTA E VOTOU CONTRA.

João Batista Natali
Enviado especial à Brasília

Na madrugada de 2 de setembro de 1961, quando o Congresso aprovou a emenda constitucional que criaria a efêmera experiência parlamentarista, estava inadvertidamente ausente do plenário o deputado, então com 31 anos, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (UDN-MA), que quatro anos depois adaptaria seu pseudônimo político a seu registro civil, para se chamar simplesmente José Sarney.

"Não respondi à chamada porque não estive presente, e julgava que a votação não se procederia naquela noite", justificou-se dias depois da tribuna, em curto discurso publicado pelo "Diário do Congresso Nacional". E disse mais: "Embora seja parlamentarista" teria votado contra a emenda, no fundo elaborada para diminuir os poderes do vice-presidente João Goulart, constitucionalmente com direito a assumir a chefia do Estado após a renúncia de Jânio Quadros, mas objeto de veto de setores das Forças Armadas.

E o jovem udenista concluiu, a respeito de Jango: "Desejo combatê-lo como adversário durante cinco anos, do que vê-lo fora do poder" que lhe era garantido pela Carta de 1946.

A incoerência com Sarney de hoje é apenas parcial. Declarando-se parlamentarista, opõe-se à instituição dessa forma de governo, primeiro denunciando o casuísmo, e depois julgando casuística a limitação de seus próprios poderes, a seu ver assegurados pela Constituição de 1969. De qualquer modo, tanto em 1961 quando agora, Sarney marcou dois gols contra a forma de governo de que se diz defensor.

Jovem

Por ser, há 27 anos, inexperiente e jovem, Sarney estava longe de

rivalizar, na Câmara, com os teóricos do regime do gabinete. Raul Pilla (RS) e Luiz Vianna Filho (BA) o eclipsavam na bancada do Partido Libertador. E, dentro da UDN, o parlamentarista Aliomar Baleeiro (BA), tão poderoso em matreirice e retórica como Carlos Lacerda (RJ), encarnava aquela idéia de Parlamento constituído por elites jurídicas e intelectuais a que um suposto provinciano não tinha grande acesso.

Seus contemporâneos nada ou pouco recordam do desempenho de Sarney. Fernando Santana hoje comunista do PCB assumido, mas na época abrigado no PTB baiano, recorda-se apenas que o atual presidente era um "progressista da UDN, pertencente a chamada Bossa Nova, dizimada com raríssimas exceções — inclusive a sua — pelas cassações do início do regime militar de 1964. Luiz Viana, hoje senador (PMDB-BA), diz recordar-se de um deputado tímido, por ter assumido sua cadeira como suplente do PSD e ainda ter-se mudado para a bancada udenista cheia de estrelas bem-falantes. Virgílio Távora, da UDN do Ceará e hoje na bancada do PDS no Senado, recorda apenas o fato de que, em seu partido, a forma de governo era uma questão estrategicamente mantida em aberto.

A timidez da atuação do udenista Sarney com relação ao parlamentarismo é demonstrada pela imensa lacuna do tema em seus poucos discursos de primeiro mandato federal. Se ele atacava com virulência a instrução 204 de Jânio e evocava em seus bissextos discursos a seca e os desmandos políticos do Nordeste, o pronunciamento talvez mais digno de nota foi em defesa de Fernando Sabino, acusado por um obscurantista secretário da Educação de ser um "escritor pornográfico".

Com o poder centralizado pelo regime militar e o inevitável enfraquecimento do Congresso, Sarney, eleito senador depois de governar seu Estado (1966-1970) evocou suas convicções parlamentaristas de maneira esporádica. Só um de seus confidentes na época recorda-se de alguma coisa. E mesmo assim segundo uma perspectiva que demonstrou ser historicamente equivocada: o bipartidarismo oficial (ARENA-MDB) poderia gerar, sob um governo civil, condições para que siglas fortes determinassem uma micro-regionalização do voto distrital, a seu ver essencial para qualquer parlamentarismo que se preze.

Sarney presidente é hoje um homem na defensiva. Não quer que o parlamentarismo lhe ampute as atribuições. E a evocação de seu passado parlamentarista soa como uma espécie de advertência oportunista também evocada pelos comunistas do passado que se guinaram para a direita: "Eu sei do fato porque no fundo ainda estou onde vocês estão".

(Publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 14 de março de 1988).